

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TAYANE TJÄDER MARTINS

**DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES:
O CASO DA COREIA DO SUL**

FLORIANÓPOLIS

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TAYANE TJÄDER MARTINS

**DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES:
O CASO DA COREIA DO SUL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Solange Regina Marin

FLORIANÓPOLIS

2018

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES:
O CASO DA COREIA DO SUL**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 à aluna Tayane Tjäder Martins na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora

Orientadora: _____

Profª Drª Solange Regina Marin

Universidade Federal de Santa Catarina

Membros

Profª Drª Danielle Jacon Ayres Pinto

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Universidade Federal de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS

2018

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, a glória é toda devida a Deus, que, por graça e misericórdia, deu-me vida, habilidade, vontade e oportunidade para essa busca vocacional. Todo o esforço empregado no decorrer do curso e neste trabalho é por Ele, para Ele e por meio Dele.

Aos meus pais, Daniëlle Tjäder e Fabiano Palmieiri, e meu irmão, Daniel Martins, minha gratidão pelo investimento e pelas persistência, cobrança e paciência na minha educação. Além de, claro, o cuidado e o carinho ao longo da minha vida, desde sempre e para sempre.

Aos meus amigos e colegas que, em alguma medida, fizeram parte da minha caminhada até aqui. Vale mencionar Lisandra Ribeiro, Vinícius Melquíades e Adilson Giovanini, com as conversas estimulantes despertaram-me para o estudo da perspectiva institucionalista; também Ana Luiza Becher, Isabella de Modesti e Marina Palma Moura, que fizeram da minha vida acadêmica na UFSC mais leve e divertida.

Eu sou grata por tudo o que vocês fizeram!

RESUMO

Embora tenha saído pobre e devastada da Guerra da Coreia e ainda carregasse sequelas do regime colonial japonês, em meados da década de 1950, a Coreia do Sul foi capaz de superar seus obstáculos e romper o limiar do subdesenvolvimento, alcançando, menos de 50 anos depois, índices comparáveis aos de países desenvolvidos. As políticas desenvolvimentistas implementadas e a posterior democratização têm estreita relação com o desempenho econômico, político, social, etc. Esta monografia introduz a análise da experiência de desenvolvimento da Coreia do Sul a partir da abordagem do desenvolvimento como liberdade de Amartya K. Sen e com base na perspectiva institucionalista de Douglass North, Daron Acemoglu e James A. Robinson. São usadas estatísticas sociais e econômicas, como saúde, educação e renda, para fundamentar a interpretação de que as instituições, formais e informais, tiveram importante papel na experiência sul-coreana de desenvolvimento, durante o período de 1960 a 1996.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Instituições. Liberdade. Coreia do Sul.

ABSTRACT

Though coming out poor and devastated of the Korean War and still carrying sequels from the Japanese colonial regime, in the 1950's, South Korea was capable of overcoming the obstacles and break the threshold of underdevelopment, reaching, in less than 50 years, social and economic indicators comparable to those from developed countries. The developmental policies implemented, and the subsequent democratization have a kin co-relation with the economic, political, social, etc., performance. This monography introduces the analysis of the South Korean experience of development from Amartya K. Sen's concept of development as freedom and bases the discussion on the institutionalist perspective of Douglass North, Daron Acemoglu and James A. Robinson. Social and economic statistics, such as health, education and income, are used as fundament for the interpretation of the important role the formal and informal institutions played in South Korean experience of development, during 1960 and 1996.

Keywords: Development. Institutions. Freedom. South Korea.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	53
GRÁFICO 2	54
GRÁFICO 3	55
GRÁFICO 4	56
GRÁFICO 5	57

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	53
TABELA 2	55
TABELA 3	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SUBDESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES	12
1.1 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento	12
1.2 Conceito de Desenvolvimento	15
1.3 Instituições e Desenvolvimento	19
1.3.1 Douglass North e a Teoria das Instituições	20
1.3.2 Daron Acemoglu e James Robinson – Why Nations Fail	24
1.3.3 A Cultura como Instituição	29
2 HISTÓRIA DA COREIA	32
2.1 A Grande Coreia	32
2.2. Dominação Japonesa	39
2.3. Paralelo 38	45
3 COREIA DO SUL, DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES	52
3.1 Evidências do Desenvolvimento da Coreia do Sul	52
3.2 Desenvolvimento Sul-Coreano sob a Perspectiva Institucionalista	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Antes de 1960, a Coreia do Sul era contada entre os países mais pobres do mundo. Em menos de quatro décadas, porém, conseguiu romper o limiar do subdesenvolvimento, alcançando índices econômicos e sociais de países desenvolvidos. De acordo com Savada e Shaw (1990) e dados do Banco Mundial (2017), entre as décadas de 1950 e 1990, a expectativa de vida à nascença aumentou em mais de vinte anos e o índice de alfabetização entre adultos chegou a quase cem por cento. Além disso, a renda per capita sul-coreana cresceu mais de oito mil dólares, segundo o Banco Mundial (1996). Qual diferencial teve a Coreia do Sul para alcançar *status* de nação desenvolvida na segunda metade do século XX?

A resposta pode ser encontrada através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Formulado em 1990, o IDH é a ferramenta de medida do desenvolvimento utilizada pela Organização das Nações Unidas (UNDP, 1990). O Desenvolvimento Humano, paradigma conceitual por trás do índice, foi desenvolvido por Amartya Kumar Sen. Em comparação às visões anteriores, a concepção defendida aqui é mais abrangente, pois inclui na análise aspectos sociais (saúde e educação), além de econômicos (renda). Fundamentado na liberdade, o conceito de desenvolvimento de Sen enfatiza a ampliação do acesso de cada indivíduo à nutrição, à segurança, ao conhecimento, ao trabalho, etc., considerando os recursos econômicos como meios para expandir as possibilidades de escolha.

Douglass North elaborou os elementos de análise da teoria institucionalista descrita aqui, resgatando conceitos do Antigo Institucionalismo, de Thorstein Veblen. Segundo North, as instituições, formais e informais, são as regras, as leis, os costumes, a cultura, a história, as ideologias, que influenciam o comportamento individual e, conseqüentemente, o funcionamento da sociedade. Daron Acemoglu e James A. Robinson (2012) estabelecem duas categorias: instituições favoráveis ao desenvolvimento (inclusivas) e desfavoráveis ao desenvolvimento (extrativas). Os três identificam características institucionais desejáveis ao tratar-se de desenvolvimento, dentre as quais, estão a segurança, os direitos de propriedade privada, as liberdades individuais, a participação política, separação e imparcialidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entre outras.

Esta pesquisa propõe-se a analisar o processo de desenvolvimento pelo qual passou a Coreia do Sul, durante o período de 1960 a 1996, pela perspectiva institucionalista de Acemoglu e Robinson (2012). Além desta introdução, seguem três capítulos – respectivamente, revisão

teórica sobre desenvolvimento e instituições, história da Coreia e uma sugestão de interpretação institucionalista do desenvolvimento sul-coreano. Em último lugar, são apresentadas algumas considerações finais.

O primeiro capítulo, dividido em três seções, busca compreender os conceitos de subdesenvolvimento, desenvolvimento e instituições. Na seção 1.1, é contextualizado o tema de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Em seguida, na 1.2, descreve-se o conceito de desenvolvimento de Amartya Sen. Na seção 1.3, argumenta-se, a partir das contribuições de autores da Nova Economia Institucional, como Douglass North (subseção 1.3.1) e Daron Acemoglu e James Robinson (subseção 1.3.2). Segundo North e Denzau (1994) e Lustosa (2010), a cultura pode ser considerada instituição essencial para o desenvolvimento, portanto faz-se um destaque ao papel da cultura no desenvolvimento, na subseção 1.3.3.

Em seguida, o segundo capítulo, também dividido em três subseções, relatando a trajetória histórica da Coreia, que, do ponto de vista institucionalista, é útil para o estudo do contexto institucional de uma dada sociedade. A seção 2.1 descreve os primeiros quatro milênios de construção da identidade nacional, tradições e costumes coreanos, fundamentados no Confucionismo e no Budismo, com forte influência dos vizinhos Japão e China. Na seção 2.2, é narrada a passagem da Coreia da ordem mundial do leste asiático, que durou desde os primeiros séculos da era cristã até o século XIX, para o domínio japonês, que implantou um modelo colonial para a modernização coreana – com apoio do Ocidente. A derrota dos países do Eixo na Segunda Guerra Mundial, porém, implicou na retirada do Japão da península, que acabou sendo dividida entre EUA e URSS, de modo a representar o conflito ideológico, entre capitalismo e comunismo, durante a Guerra Fria que culminou na Guerra da Coreia. Então, a seção 2.3 expõe os acontecimentos, desde o fim da Guerra da Coreia até 1996, que caracterizam a trajetória sul-coreana que levou ao desenvolvimento.

O Estado sul-coreano, ainda que autoritário nas primeiras décadas, implantou medidas de fomento à industrialização e às exportações, firmando parcerias com empresas norte-americanas e avançando em tecnologia e produtividade. Em meados dos anos 1980, tomaram lugar manifestações populares reivindicando democratização, alcançada e solidificada em 1988, com a eleição direta do presidente Roh Tae-Woo. Finalmente, a primeira seção do terceiro capítulo levanta dados apresentados pela Coreia do Sul no período entre 1960 e 1996, escolhidos em acordo com os pilares do IDH – saúde, educação e renda. A seção 3.2 então sugere que a transformação institucional, em 1988, de regime militar para democracia, aconteceu em momento oportuno, que aproveitou o crescimento econômico alcançado no regime militar e consolidou o desenvolvimento sul-coreano.

1 SUBDESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES

A disparidade entre sociedades em termos de prosperidade pode ser considerada um fenômeno recente na história mundial. Antes da Revolução Industrial, presume-se que o mundo era igual em pobreza, uma vez que a maior parte das pessoas vivia em alto nível de insalubridade e passava seus poucos anos de vida trabalhando duro por sobrevivência – em regime de escravidão ou servidão (SACHS, s/a). As sociedades possuíam níveis semelhantemente baixos de tecnologia e o progresso técnico era muito lento devido à supervalorização da tradição – “manter os costumes” (ROMEIRO, 2017).

Aqui, será sintetizada a fundamentação teórica do desenvolvimento pela perspectiva das instituições, que será aplicada para analisar o caso da Coreia do Sul na segunda metade do século XX. Após estabelecer a liberdade como fundamental para a efetivação do desenvolvimento, segundo traz Amartya Kumar Sen, estudar-se-á o Institucionalismo através das contribuições teóricas de Douglass North, Daron Acemoglu e James Robinson. Ao final, será dado um destaque especial ao papel da cultura no desenvolvimento, bem como à percepção destes autores acima citados.

Portanto, julga-se congruente à proposta deste trabalho dividir o primeiro capítulo em três seções: a diferença entre (1.1) desenvolvimento e subdesenvolvimento, o (1.2) conceito de desenvolvimento, destacando a concepção de Amartya Sen, e a relação entre (1.3) desenvolvimento e instituições, que por sua vez será dividida em (1.3.1) uma parte dedicada à teorização de Douglass North, (1.3.2) uma dedicada ao livro *Why Nations Fail*, de Acemoglu e Robinson (2012) e (1.3.3) uma especialmente sobre a cultura como instituição importante para o desenvolvimento.

1.1 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

Os indicadores sociais, como saúde, educação e trabalho¹, podem fornecer um breve diagnóstico do nível de desenvolvimento². Embora tenham sido formalizados desde a metade

¹Propositadamente, foram elencados indicadores próximos aos usados para calcular o IDH, por este ser um índice resumo, em certa medida, abrangente e que está na base da concepção de desenvolvimento deste trabalho. Ademais, Guido Tabellini é tido como referência também, pois, com base em taxas de urbanização e alfabetização, o autor desenvolve um estudo econométrico sobre o efeito da cultura sobre o desenvolvimento econômico nas regiões da Europa (TABELLINI, 2010);

² Tomando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como base, que “é uma medida resumida do

do século XX, buscou-se alguns registros desses indicadores antes da Era Moderna, para ter uma ideia do estado de desenvolvimento de diferentes regiões, antes da Revolução Industrial.

Na América pré-colombiana, nos séculos XV e XVI, os povos habitantes no litoral do Brasil ainda atravessavam a revolução neolítica. Isto é, começavam o sedentarismo, a domesticação de espécies animais e a agricultura (NAKANO; AMARAL, 2017).

No Extremo Oriente, a civilização chinesa gozava de maior organização política, militar e moral. Ainda que muito distante das outras civilizações mais organizadas, os chineses mantinham comércio com europeus e bizantinos. Porém, a partir aproximadamente da terceira década do século XV, fechou-se ao resto do mundo (SANTOS, 2016).

A Europa Medieval presenciou diversas epidemias, pois a difusão era rápida pelo deslocamento dos comerciantes e dos soldados, e os hábitos higiênicos, escassos. Em decorrência disso, afirma o historiador Hilário Franco Júnior (2001), a alta taxa de mortalidade e a baixa expectativa de vida estiveram sempre presentes, ainda que variando um pouco, nas sociedades, até a revolução científica, do século XV em diante. Por exemplo, a Peste Bubônica (ou Peste Negra), retratada por Daron Acemoglu e James A. Robinson (2012), que, no século XIV, dizimou cerca de metade da população medieval em cada região em que chegou – originando-se no Oriente Médio e espalhando-se ao longo da Rota da Seda, por meio das caravanas comerciais contaminadas.

No que tange à educação na Europa feudalista, a partir do século XII, foram surgindo as primeiras universidades, responsáveis por levar o conhecimento para fora das “paredes” da Igreja. O conteúdo lecionado tinha muita influência das descobertas científicas dos árabes e bizantinos. Embora teoricamente livre, os estudos eram restritos a quem poderia pagar – sobretudo famílias ricas e membros da Igreja (SOUSA, s/a).

Não foi até o advento da Revolução Industrial, sobretudo a partir do século XVIII, que algumas regiões – agora, Estados-nação – aceleraram, face às demais, em termos de crescimento econômico, social e político, avanço tecnológico e qualidade de vida. Eric Hobsbawm, um dos nomes mais importantes do campo de estudos da História, descreve, em “*The Age of Revolution*”:

pela primeira vez na história da humanidade, os grilhões foram tirados do poder produtivo das sociedades humanas, que, a partir de então, tornaram-se

progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento.” (br.undp.org).

capazes de constante, rápida e, até o presente, ilimitada multiplicação de indivíduos, bens e serviços. Isso é agora tecnicamente conhecido pelos economistas como o ‘*take-off* para o crescimento autossustentado’. Nenhuma sociedade anterior fora capaz de quebrar o teto que uma estrutura social pré-industrial, defeituosas ciência e tecnologia, e conseqüentemente surtos periódicos de fome e morte, impunham sobre a produção. (HOBSBAWM, 1962, p. 28, tradução livre)³

A indústria teve início na Inglaterra, num contexto de crescente insatisfação popular com o regime absolutista (praticado então em todas as nações europeias). Acemoglu e Robinson (2012) descrevem os antecedentes da Revolução Industrial, incluindo reivindicações, inicialmente da aristocracia, mas, mais tarde, também de cidadãos comuns e comerciantes, frente à coroa por maior participação política, maior fiscalização das ações da realeza e maior liberdade de criação e empreendedorismo. Por exemplo, William Lee que, em 1589, inventou a máquina de tear⁴ - o que alavancaria a produtividade no setor têxtil –; e os barões do início do século XIII, que coagiram o Rei John a assinar a Magna Carta – um documento que estabelecia que o rei deveria consultar os barões para tomar decisões de aumento de impostos⁵.

A Revolução Industrial foi o marco inicial, pode-se dizer, da aceleração do desenvolvimento mundial. Apesar do surgimento das leis trabalhistas ter demorado uns séculos ainda, as inovações que surgiram nessa época foram responsáveis por abrir os olhos das pessoas para a possibilidade de buscar melhores condições de vida, e, portanto, permitir o desenvolvimento (econômico, social, político, ambiental, etc.).

Afinal, por que tal fenômeno aconteceu na Inglaterra antes do que em qualquer outro lugar do mundo? As mudanças institucionais pelas quais *já estava* passando a sociedade inglesa oferecem uma resposta a esse questionamento⁶. Pois “uma evolução institucional pode ser mais importante do que avanços tecnológicos para o desenvolvimento econômico” (GALA, 2003, p. 90). Aí está o ponto teórico principal deste trabalho, que será melhor explanado nas seções

³ *For the first time in human history, the shackles were taken off the productive power of human societies, which henceforth became capable of the constant, rapid and up to the present limitless multiplication of men, goods and services. This is now technically known to the economists as the 'take-off into self-sustained growth'. No previous society had been able to break through the ceiling which a pre-industrial social structure, defective science and technology, and consequently periodic breakdown, famine and death, imposed on production. (HOBSBAWM, 1962, p. 28)*

⁴ *“Finally, in 1589, his "stocking frame" knitting machine was ready. He traveled to London with excitement to seek an interview with Elizabeth I to show her how useful the machine would be...” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 109).*

⁵ *“In 1215 the barons, the layer of the elite beneath the king, stood up to King John and made him sign the Magna Carta [...], it established that the king had to consult with the barons in order to raise taxes.” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 110).*

⁶ “Capitalismo, Revolução Industrial e modernidade foram fenômenos europeus, frutos de um amalgama peculiar de fatores político/culturais que pela primeira vez permitiu o rompimento de um “teto invisível” que até então havia bloqueado a continuidade do processo de crescimento econômico em todas as civilizações.” (ROMEIRO, 2017). Em outras palavras, o **ambiente institucional** permitiu a evolução da indústria.

seguintes deste capítulo.

1.2 Conceito de Desenvolvimento

O debate sobre o conceito de desenvolvimento tomou corpo sobretudo após a Segunda Guerra Mundial e durante o período da Guerra Fria, a partir do movimento das descolonizações e das declarações internacionais sobre diversos direitos fundamentais dos seres humanos. Diversas correntes de pensamento desenvolveram-se em torno do tema, desde modelos de desenvolvimento baseados na trajetória dos países desenvolvidos – os modelos neoclássicos, focados em crescimento econômico –, até teorias para aqueles que não alcançaram o mesmo nível de desenvolvimento – as perspectivas do subdesenvolvimento e da dependência.

Em geral, pode-se resumir a ideia de desenvolvimento que predominou no século XX a “progresso econômico, político e social, tendo como suporte e sustentação a expansão do setor industrial e como vetor a ação do Estado” (RIBEIRO, 2010); isto é, a ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Partindo da tradição neoclássica de exatidão matemática da economia, em que tudo pode ser calculado e previsto, Robert Solow, importante economista dos EUA, na década de 1950, defende que a renda per capita é igual a padrão/condição de vida, por meio de seu modelo de crescimento – “Modelo de Solow” –, em que analisa uma economia fechada com apenas dois agentes econômicos (consumidores e firmas), sem Estado, sem impostos, em que toda a produção corresponde à totalidade da renda e toda a poupança corresponde a todo o investimento; um cenário hipotético. O objetivo desse modelo era analisar o impacto de poupança/investimento sobre o aumento da renda per capita, portanto do crescimento econômico no longo prazo (UNC, 2017).

Enfatizando menos a econometria do crescimento econômico e aproximando-se da normatividade de política econômica, W. W. Rostow publica, em 1978, sua obra intitulada “Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista”, onde aponta cinco estágios, que se pretendiam universais, de desenvolvimento econômico das sociedades. A saber: (i) “sociedade tradicional” (agricultura de subsistência e tecnologia rudimentar), (ii) “precondições para o arranco” (controle e exploração da natureza), (iii) “arranco” (industrialização), (iv) “marcha para a maturidade” (avanço tecnológico) e (v) “sociedade de consumo em massa” (Estado de bem-estar social) (OLIVEIRA; EBERHARDT; LIMA, 2013).

As teorias da dependência, que vieram como crítica ao “economicismo” neoclássico, defendem que o subdesenvolvimento é “uma condição precária de desenvolvimento produzida pela inserção no sistema mundial capitalista numa posição de subordinação estrutural”

(DONNELLY, 1998). A maior contribuição dos estudos da dependência foi a ênfase à equidade social (distribuição igualitária de renda), o que acaba por determinar se um país é desenvolvido ou não – pois ainda que haja um enorme crescimento do PIB, se houver concentração de renda, não haverá desenvolvimento. Um dos estudiosos que se debruçou sobre subdesenvolvimento e desenvolvimento foi Celso Furtado: brasileiro, economista e autor de diversos artigos e livros sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Para Celso Furtado (1992), o subdesenvolvimento é um “desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida”. Em outras palavras, a difusão da inovação na produção não acompanha a difusão das inovações no padrão de consumo. A Teoria do Subdesenvolvimento de Furtado tem com base o conceito de centro-periferia de Raúl Prebisch⁷ e aborda os casos em que o aumento de produtividade e progresso técnico não resultaram (e não resultam) em homogeneização social (leia-se, não a simples uniformização de padrões de vida, mas quando todos os “membros de uma sociedade satisfazem apropriadamente suas necessidades – alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais” (LINS; MARIN, 2014). Sua conclusão foi que o subdesenvolvimento é um produto do desenvolvimento, isto é, os que não se desenvolveram estão fadados a absorver e copiar – em vez de criar – a tecnologia dos desenvolvidos e, por isso, dificilmente superarão a condição de atraso tecnológico.

Ademais, no final do século XX, ganha força outra vertente do desenvolvimento, que compreende crescimento econômico e bem-estar social, com viés em valores e direitos humanos: o Desenvolvimento Humano. Na década de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento passou por uma mudança conceitual na sua abordagem em relação ao desenvolvimento, incorporando as ideias de Amartya Kumar Sen aos valores da organização. A comunidade internacional, representada aqui pela Organização das Nações Unidas, adotou o paradigma conceitual do Desenvolvimento Humano, cujo resultado foi a elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como em Relatórios Anuais de Desenvolvimento Humano (MACHADO; PAMPLONA, 2008).

Amartya Sen (1999) fornece uma concepção mais abrangente de desenvolvimento, focada nos níveis de liberdade das pessoas. A premissa principal que ecoa dos estudos de Sen (1999) é da expansão das capacitações como significado de desenvolvimento; capacitações, em

⁷ “Prebisch atribuiu essa ruptura [centro-periferia] ao fato de que em certas áreas o progresso técnico penetrou lentamente, concentrando-se nas atividades que produziam matérias-primas destinadas à exportação” (FURTADO, 1992, p. 7).

termos gerais, no sentido de acesso à informação e oportunidades reais para as pessoas. Esse conceito está intimamente relacionado com a efetivação dos direitos e das liberdades fundamentais. Portanto, importa cumprir-se uma breve digressão sobre os tais direitos e liberdades fundamentais, bem como sua evolução.

Os direitos – ou liberdades – fundamentais têm como objetivo principal a proteção das pessoas, em sua individualidade, em sua vida em sociedade e, por fim, em sua humanidade. A evolução dos direitos fundamentais compreende três dimensões, em que uma permitiu a outra. A primeira refere-se aos direitos individuais (ou liberdades individuais), a segunda, aos coletivos (ou liberdades coletivas) e a terceira, aos direitos chamados de difusos (ecológicos, solidariedade, paz) (PEIXINHO; FERRARO, s/a).

A Carta dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, instaurou a primeira dimensão dos direitos fundamentais, que dizem respeito aos direitos civis e políticos, face ao Estado. Ao estabelecer as liberdades individuais – a saber, de expressão, de imprensa, de religião, de associação e de reunião, bem como os direitos à propriedade e à segurança –, os objetivos revolucionários eram fazer oposição ao Absolutismo Monárquico autoritário e controlador. Vale o destaque à intervenção (e não-intervenção) estatal aqui, isto é, tanto o Estado não impede a livre agência dos indivíduos, como impõe a não violência por meio do monopólio do uso da força.

A dimensão coletiva dos direitos fundamentais, que envolve os direitos sociais, econômicos e culturais, carrega uma ideia de uma liberdade, que o Estado tem maior responsabilidade em garantir. Benefícios públicos como assistência à saúde, previdência social e associação em sindicatos permitem maior liberdade para que as pessoas exerçam seus direitos fundamentais. Em termos de atuação do Estado, a segunda dimensão altera o sentido de liberdade: “as liberdades não são única e exclusivamente um meio de se opor à opressão do Estado, mas – e para complementar a idéia clássica - é o próprio Estado quem cria as condições reais para o exercício da liberdade” (PEIXINHO; FERRARO, s/a, p. 6957).

Por último, a terceira dimensão é chamada de dimensão dos direitos difusos, pois visa a proteção de bens indivisíveis de abstração mais intensa, pode-se dizer, pois trata de pormenores das relações interpessoais e entre as pessoas e o ambiente, que caracterizam a existência. O direito ao meio ambiente, à paz, à autodeterminação cultural são exemplos de direitos difusos que, ao fim e ao cabo, podem ser resumidos em direitos ecológicos e de solidariedade. Nesse caso, o “Estado é, sem dúvida, o principal personagem no plano da efetivação dos direitos coletivizados, impondo-se-lhe a criação de condições materiais nas quais os indivíduos exerçam, na plenitude, a solidariedade” (PEIXINHO; FERRARO, s/a, p. 6958).

O desenvolvimento, segundo Amartya Sen (1993), pode ser entendido como expansão das liberdades reais das pessoas, pois afirma que “bens primários⁸ são meios para as liberdades, ao passo que as capacidades de realização são expressões das próprias liberdades.”. Nesse sentido, sua concepção de desenvolvimento tem como fonte basal a reafirmação dos direitos fundamentais (acima discutidos), pois considera essenciais as liberdades públicas e privadas, bem como os aspectos econômicos (instrumentais) para o desenvolvimento.

Ainda, Sen (1999, p.3-4) descreve o círculo vicioso que pode ser gerado a partir da privação de um tipo elementar de liberdade - i.e. a pobreza priva da liberdade de satisfazer a fome, que, por sua vez, pode gerar violência e insegurança. Desenvolvimento exige eliminação das não-liberdades, como pobreza, tirania, totalitarismo, repressão, intolerância, etc. Em suma, “[a] capacidade positiva de uma pessoa alcançar [desenvolvimento] é influenciada por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais, e as condições que proporcionam boa saúde, educação básica e encorajamento e cultivo de [livres] iniciativas” (SEN, 1999, p. 5, tradução livre).

A liberdade é aqui considerada central para o processo de desenvolvimento por duas razões principais, que abrangem as duas primeiras dimensões dos direitos fundamentais: a razão avaliativa e a razão de eficácia; a segunda refere-se à primeira dimensão, da individualidade, da livre agência, e a primeira refere-se à segunda dimensão, dos direitos sociais e econômicos, do esforço estatal proporcionando meios para o livre exercício dos direitos (SEN, 1999, p. 4, tradução livre).

Sen lista cinco tipos de liberdades instrumentais essenciais para o processo de expansão das capacitações: “(1) liberdades políticas, (2) infraestrutura econômica, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora” (1999, p. 10, tradução livre). Tal lista reúne as liberdades provenientes dos direitos fundamentais. Sen descreve:

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições) contribuem para promoção de segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de infraestrutura de educação e saúde) facilitam participação econômica. Infraestrutura econômica (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) pode contribuir para gerar abundância pessoal, bem como recursos públicos para infraestrutura social. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer-se uma à outra (SEM, 1999, p.11, tradução livre, grifo nosso).

Posto isto, a análise de Sen (1999) abarca a contribuição conjunta da expressão das liberdades e do crescimento econômico. Este último como meio, porque desenvolvimento não

⁸ Sen resgata o conceito do filósofo John Rawls, que define os bens primários como os elementos objetivos de avaliação de justiça social, embora critique a inflexibilidade do conceito quando se trata da universalidade dos bens primários (MENDES, 2009);

significa apenas ganhos de renda, aumento do PIB e crescimento econômico, mas também maior nível de educação, expectativa de vida, enfim, maior bem-estar social, econômico, político, etc.

A perspectiva de desenvolvimento de Amartya Sen, pode-se dizer, é mais abrangente que as suas antecessoras, pois inverteu a lógica do pensamento anterior que fazia da busca pela riqueza como um fim em si mesma. Agora o foco está nas pessoas, aliás, no grau de liberdade e autonomia de cada indivíduo e suas escolhas. Os recursos econômicos não passam de meios para a expansão da liberdade. Na próxima seção, será abordada a perspectiva das instituições, bem como sua coerência com o conceito de desenvolvimento de Sen.

1.2 Instituições e Desenvolvimento

O precursor do Institucionalismo norte-americano foi Thorstein Veblen⁹, que na metade do século XIX começou a tecer uma crítica à teoria econômica dominante da época – o neoclassicismo (LOPES, 2013). Os estudiosos neoclássicos prezam por estabilidade e equilíbrio em suas análises, porém parecem não se dar conta de que a instabilidade e os imprevistos fazem parte da realidade econômica. A partir da então incoerência entre teoria e prática econômicas, Veblen desenvolve uma análise econômica com enfoque no que está por trás das escolhas dos indivíduos (i. e. motivações, instintos), bem como nos meios (instituições) que utilizam para pô-las em prática – portanto, funda o Institucionalismo na Economia (CAVALIERI, 2013)^{10,11}.

Pode-se afirmar que Veblen, filiado ao Darwinismo Social¹², faz uso de uma abordagem um tanto biológica, sociológica e, sobretudo, psicológica. Segundo Lopes (2013), Veblen considerava que os “hábitos de pensamento” são **formados pelos instintos, pelas circunstâncias e pela herança cultural e moldam a consciência, a racionalidade e a ação**

⁹ Fundador do institucionalismo dos EUA, Thorstein Veblen (1857-1929) provavelmente é mais lido por sociólogos do que por economistas, pois seus escritos, certamente sociologicamente inspirados, são considerados uma forma de politizar a teoria econômica. Sua obra *A Teoria da Classe Ociosa* (1899) foi best-seller no início do século XX nos EUA e constituiu numa inteligente crítica aos frívolos novos ricos e a cultura pecuniária que predominava (WATSON; GLAZE; CLARK, 2015);

¹⁰ Economia (com letra maiúscula) referente ao campo de estudo das ciências sociais; diferente de “economia” (com letra minúscula).

¹¹ O institucionalismo vebleniano ficou conhecido como Antigo Institucionalismo.

¹² “Os hábitos e, por decorrência, as crenças e ações humanas, estão sujeitas a um processo de seleção e adaptação, resultando na evolução e mudança institucional. Além de um processo de seleção natural, que age no sentido de escolher os instintos mais importantes para a sobrevivência do organismo, na sociedade opera um processo de seleção cultural, que age sobre os hábitos mais propensos a sobre- viver no ambiente social. É um processo importante para explicar a mudança e o mecanismo de decisão, pois a cultura cria e perpetua os hábitos mais adequados para determinadas épocas” (LOPES, 2013, p. 630) – aplicação da teoria da seleção natural e da evolução das espécies, de Charles Darwin, à sociologia e economia;

do indivíduo. Estes, “ao tornarem-se coletivos, generalizados e enraizados no ambiente”, pela organização da produção da sociedade, “formam as instituições políticas, econômicas e sociais”. As instituições, sejam elas entendidas como regras sociais informais, leis ou organizações, são essencialmente os “hábitos mentais”, que por sua vez dão origem às regras e organizações vigentes – pois, se não estão de acordo com o pensamento e a forma de agir dos indivíduos, “estão fadadas a desaparecer ou funcionar de forma ineficiente” (LOPES, 2013, p. 627-628).

Nesse sentido, afirma Lopes (2013) ao comentar a contribuição de Veblen, o processo de mudança institucional é incômodo e difícil por implicar em um grande esforço mental; uma vez que os hábitos estão enraizados na cultura, “diminuem a capacidade dos homens de promover mudanças efetivas nas organizações sociais ou políticas, bem como alterações significativas de padrões culturais dispostos desde longa época” (SILVA, 2010).

Veblen construiu toda sua obra de maneira a ir de encontro e criticar fortemente os pressupostos e a metodologia neoclássica, por isso não teve boa relação com alguns economistas a ele contemporâneos (CAVALIERI, 2015). Porém sua contribuição como fundador do Institucionalismo Econômico não só foi importante para o avanço da ciência econômica, como também retomada sobretudo na segunda metade do século XX com os estudos de autores Novo-institucionalistas¹³ - ou da Nova Economia Institucional (NEI). Dentre os principais nomes da NEI, destacam-se neste trabalho as contribuições de Douglass North, Daron Acemoglu e James Robinson.

North foi responsável por desenvolver a essência da teoria sob a perspectiva das instituições; os conceitos básicos, que serão descritos na seção seguinte, com base em sua obra “*Institutions, Institutional Change and Economic Performance*” (1991). E a obra inspiradora deste trabalho é “*Why Nations Fail*”, de autoria conjunta entre Daron Acemoglu e James A. Robinson (2012), onde os autores tratam das duas naturezas apresentadas pelas instituições: inclusivas (favoráveis ao desenvolvimento) e extrativas (não-favoráveis ao desenvolvimento).

1.3.1 Douglass North e a Teoria das Instituições

Em primeiro lugar, é necessário destacar alguns conceitos chaves para compreender o institucionalismo de Douglass North¹⁴ – **incerteza, racionalidade limitada, organizações e**

¹³ A “utilização do termo “novo” exatamente para se diferenciar dos teóricos que criticaram veementemente a forma de pensar economia predominante na virada para o século passado (LOPES, 2013).

¹⁴ Douglass Cecil North, nascido em Cambridge, EUA, em 1920, formou-se em Ciência Política, Economia e Filosofia, em 1942. Exceto entre 1942 e 1946, que trabalhou na marinha Mercante dos EUA, trabalhou, por mais de 60 anos, como professor nas universidades de Washington e de Chicago, e foi laureado, em 1993, com o prêmio

enforcement –, definidos por ele já nas primeiras páginas da sua obra *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, publicada em 1991.

As motivações dos agentes são difusas e há um problema de decifração do ambiente pela distribuição assimétrica da informação, North (1990) insere como ponto de partida de sua análise a incerteza quando se trata de seres humanos individuais. Somado a isto, ele, assim como outros economistas do século XX, aponta deficiência na teoria neoclássica da escolha racional (o indivíduo sempre decidirá por aquilo que lhe trouxer o maior benefício pelo menor custo), pois os motivos que geram a incerteza tornam **inviável** uma escolha puramente racional (GALA, 2003). Portanto,

é simplesmente impossível encontrar sentido no desempenho das economias e das unidades políticas, tanto historicamente, como contemporaneamente, se os indivíduos realmente soubessem seus próprios interesses e agissem de acordo. Em vez disso, as pessoas agem, em parte, baseadas em mitos, dogmas, ideologias e teorias “mal elaboradas” (DENZAU; NORTH, 1994, p.1, tradução livre).

“Uma vez aberta a caixa preta da ‘racionalidade’, encontramos o complexo e ainda muito incompleto mundo da ciência cognitiva” (DENZAU; NORTH, p. 15, tradução livre). A racionalidade para North “não significa aqui atingir uma situação ótima, mas sim agir da maneira mais razoável possível na busca de determinados fins, dada a pobreza informacional.” (GALA, 2003, p. 94).

Segundo North (1990), é a partir da incerteza e da racionalidade limitada que são criadas as instituições – regras, em geral, que formam uma estrutura padrão em que se desenrolam todos os aspectos da vida em sociedade – para então reduzir o nível de incerteza e, portanto, os custos das transações¹⁵. Na linguagem dos economistas, as instituições são leis e costumes que “definem e limitam a cesta de escolhas dos indivíduos” (NORTH, 1990, p. 4, tradução livre), tornando possível algum grau de previsão dos resultados. North (1990) as divide em formais e informais¹⁶, engloba as leis, regulamentos e contratos, dentre as formais, e tradições, costumes, cultura, códigos de conduta e ideologias, dentre as informais (BARBOSA, 2009; NORTH,

Nobel, conjuntamente com Robert Fogel. Morreu aos 95 anos de idade em 2015, em sua casa de veraneio em Michigan, EUA (EVERDING, 2015). Como um dos fundadores da Nova Economia Institucional, tornou-se referência no estudo do desenvolvimento no longo prazo, tendo sido sua linha de pesquisa sempre permeada de análise histórica e inovações teóricas (LEVI; WEINGAST, 2015).

¹⁵ Na noção de custos nas transações, identifica-se a herança de R. H. Coase, que sustenta que a incerteza sobre as vontades dos agentes aumenta os custos nos contratos praticados pelas firmas (ex: prestação de serviços), em seu artigo “*The Nature of the Firm*” (1937) – “quando é custoso realizar transações, instituições importam” (NORTH, 1990, p. 12).

¹⁶ “Outra possibilidade é fazer a distinção entre formal e informal como explícita versus tácita. Ainda outra variação na literatura é identificar as instituições formais como deliberadas, e as informais, como espontâneas, seguindo a linha da famosa distinção de Carl Menger entre instituições pragmáticas e instituições orgânicas” (HODGSON, 2006, p. 11, tradução livre).

1990).

Esta estrutura institucional (ou marco, ou ainda matriz institucional) gera um custo para realização das atividades, por isso os indivíduos reúnem-se em organizações, que representam, na maioria das vezes, os agentes políticos, econômicos e sociais. Inclusos estão partidos políticos, Senado, conselho municipal, agências regulatórias, empresas, associações comerciais, cooperativas, igrejas, clubes, associações atléticas, etc. (NORTH, 1990). Na metáfora esportiva, se as instituições são as regras do jogo, os indivíduos, agrupando-se, formam os times participantes do campeonato da sociedade (GALA, 2003). Existe uma relação de retroalimentação entre as instituições e as organizações de uma sociedade¹⁷: o quadro institucional determina quais organizações serão desenvolvidas, que, por sua vez, influenciam o modo como as instituições evoluirão.

O termo *enforcement* refere-se à eficácia das instituições, ou, em outras palavras, à medida em que é capaz o Estado – no caso das formais – e a própria sociedade – no caso das informais – de fazer valerem as regras, bem como punir os violadores (GALA, 2003).

Enfim, a matriz institucional eficiente seria aquela capaz de igualar o retorno privado ao retorno social das atividades econômicas dos agentes de uma dada sociedade. A chave para tal arranjo de sucesso está em estabelecer um sistema de propriedade bem definido e acompanhado de um aparato de *enforcement* eficaz” (GALA, 2003, p. 97). Entretanto, sociedade alguma se enquadrou ou se enquadra nessa categoria de eficiência institucional.

North (1990) vai além, estudando e teorizando sobre o processo transformação institucional. Denzau e North (1994) reconhecem a origem das instituições na cultura e na cosmovisão¹⁸ do povo e destacam a importância da história e da evolução das ideias, crenças e tradições encontradas nesta sociedade. Da cosmovisão de cada indivíduo evolui uma ideologia¹⁹ e, da interação entre os indivíduos/ideologias, evoluem as instituições que ordenam as relações interpessoais (portanto, entre as ideologias) presentes em uma sociedade²⁰.

¹⁷ “Trata-se do conceito de *reconstitutive downward causation*, em que se demonstra que os agentes recebem influência institucional, mas ao mesmo tempo moldam as instituições a partir de hábitos compartilhados. O resultado é que as instituições exercem forte influência sobre os indivíduos (mais especificamente sobre o seu comportamento), mas os indivíduos são agentes ativos que podem alterar as instituições sociais.” (HODGSON, 2002, 2007b *apud* LOPES, 2013, p. 628-629);

¹⁸ A “lente” pela qual enxerga-se o mundo, a vida. Aqui está referenciado o conceito de “modelo mental”, que é “a representação interna que sistemas cognitivos individuais criam para interpretar o ambiente e as instituições são os mecanismos externos (à mente) que os indivíduos criam para estruturar e ordenar o ambiente”. (DENZAU; NORTH, 1994, tradução livre);

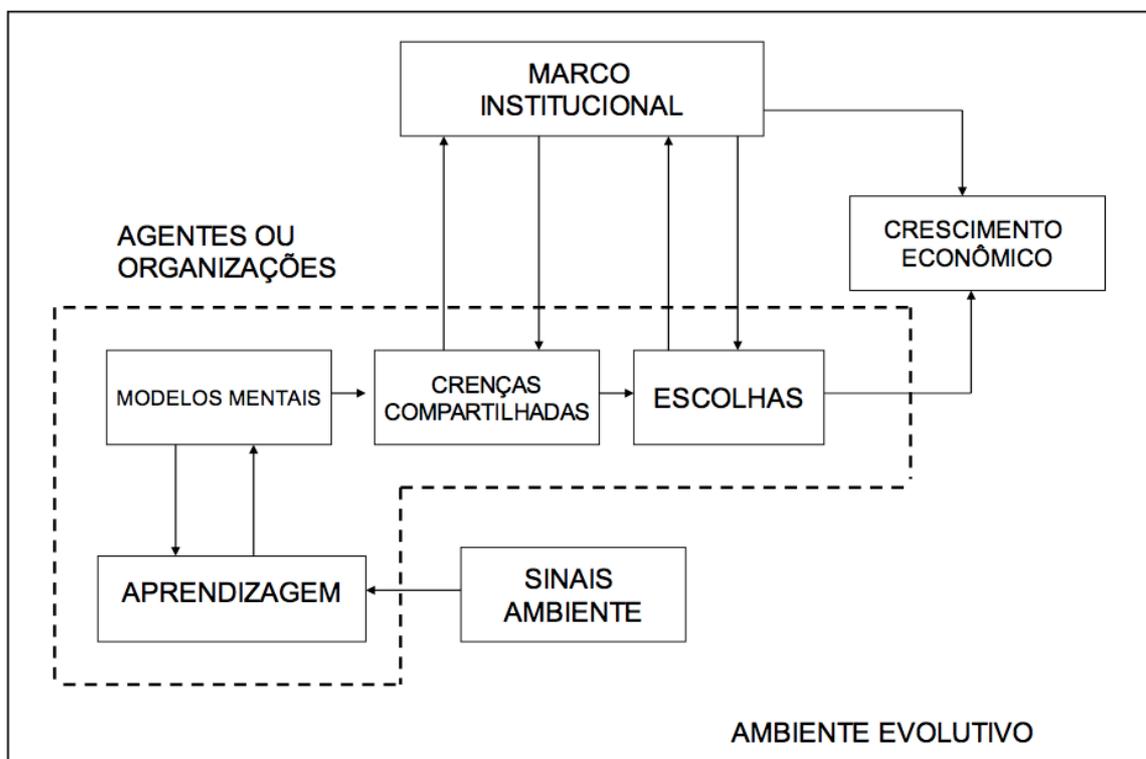
¹⁹ “Ideologias são a estrutura compartilhada de modelos mentais que grupos de indivíduos possuem que proveem ambas, interpretação do ambiente e uma prescrição [ou instrução] de como aquele ambiente deve ser estruturado.” (*Ibd.*, tradução livre);

²⁰ Segundo Denzau e North (1994), aí está o ponto de estudo principal para entender as escolhas que modelam a evolução dos sistemas político-econômicos e das sociedades, sob as condições de incerteza no ambiente – i.e.

Os custos de transação, causados pelas divergências entre os modelos mentais de cada indivíduo, são os obstáculos no processo de se fazer escolhas, conseqüentemente dificultam a transformação institucional. Embora a redução destes custos seja o caminho para se obter instituições eficientes, esse processo acontece de diferentes maneiras em diferentes sociedades por apresentarem diferentes contextos histórico, cultural e institucional. O processo de transformação institucional é, portanto, muito complexo e moroso – por vezes, imperceptível no tempo presente.

Não obstante, North (1990) destaca algumas características institucionais que favorecem a efetivação do desenvolvimento. Ao analisar as disparidades entre as instituições inglesas e norte-americanas, e espanholas e latino-americanas, no início do século XVI, o autor indica aspectos desejáveis: a **descentralização do governo**, num modelo **representativo**, com **reduzida corrupção**, maior segurança aos **direitos de propriedade** e **imparcialidade no sistema judiciário** (NORTH, 1990). Nesse sentido, North (1990) afirma que a democracia moderna de sufrágio universal é o modelo de estrutura institucional que mais se aproxima de tais condições de eficiência institucional. A figura 1 abaixo, segundo Lopes (2013), esquematiza a teoria de North.

Figura 1 – “Esquema institucionalista de crescimento a partir de Douglass North”



analisar a dinâmica entre indivíduos, ideologia e instituições, perpassando a cultura e a história. Daí, é a desenvolvida noção de *path dependence* – sobre a qual explica melhor a próxima subseção (1.3.3);

Fonte: LOPES, 2013.

Descritos os instrumentos teóricos da perspectiva institucionalista, parte-se, na próxima seção, à aplicação desta teoria a exemplos reais, fornecidos por Acemoglu e Robinson (2012) – que inclui o caso da Coreia. Entende-se que a análise encontrada em *Why Nations Fail* agrega à teoria das instituições, além de fornecer mais ferramentas úteis para o estudo de caso desta monografia.

1.3.2 Daron Acemoglu e James Robinson – *Why Nations Fail*

“Por que alguns países são muito mais pobres que outros? Por que alguns países alcançam crescimento econômico enquanto outros entram em estagnação?” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2008, p. 1)²¹. Eis o questionamento posto por Daron Acemoglu e James Robinson²² em seu artigo “*The Role of Institution in Growth and Development*”, de 2008, que culminou no livro de 2012, “*Why Nations Fail*”. A obra trata da desigualdade existente entre as nações hoje e busca explicá-la por uma perspectiva institucionalista.

O senso comum apresenta três razões correntes que se propõe a explicar por que uns prosperam e outros não: a hipótese da (i) geografia, a da (ii) cultura e a da (iii) ignorância (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Os autores refutam cada uma delas:

Baseados na concentração de riqueza nas regiões de clima temperado, ao passo que as regiões mais quentes do planeta (entre os trópicos de Câncer e Capricórnio) são mais pobres, aqueles que defendem esta teoria ignoram – por descuido ou descaso – os casos de desigualdade em regiões próximas, ou mesmo fronteiriças. Por exemplo, Coreia do Norte e Coreia do Sul, e Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental, antes da queda do muro de Berlim. Além disso, a exemplo das sociedades pré-colombianas, nos territórios, hoje do México, Peru e Chile, os astecas eram muito mais desenvolvidos política e economicamente que os povos nos territórios hoje dos EUA e Canadá (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012);

O principal argumento da hipótese cultural é fundamentado no livro “*Ética Protestante*

²¹ *Why are some countries much poorer than others? Why do some countries achieve economic growth while others stagnate?*” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2008, p. 1);

²² Daron Acemoglu, nasceu em 1967, possui dupla nacionalidade turca e estadunidense, e é professor de Economia no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT); sua ênfase de pesquisa é em desenvolvimento e instituições, com forte base econométrica. James Alan Robinson, nasceu em 1960, no Reino Unido, e é cientista político e economista, professor de *Government* em *Harvard University* e também na *Universidad de los Andes*, em Bogotá, Colômbia; sua ênfase de pesquisa é em economia política e desenvolvimento, especialmente em África e América Latina. Juntos, têm publicado vasto material sobre a relação entre desenvolvimento, crescimento e instituições e já ganhado diversos prêmios por sua contribuição científica. (Informações obtidas por meio de seus respectivos *Curriculum Vitaes*).

e o Espírito do Capitalismo”, de Max Weber, que relaciona a ética cristã com o sucesso econômico. Porém os casos de prosperidade no leste asiático, que não compartilham do cristianismo – mais evidentemente do Japão – fogem à hipótese cultural. Entretanto, importa destacar que os autores aqui não desconsideram o papel da cultura no desempenho econômico de uma sociedade, mas refutam a hipótese que defende a cultura como única variável determinante no desenvolvimento. Nas palavras de Acemoglu e Robinson,

A hipótese da cultura é útil para o entendimento da desigualdade mundial? Sim e não. Sim, no sentido que normas sociais, que estão relacionadas à cultura, importam e podem ser difíceis de mudar, e também sustentam diferenças institucionais, explicação adotada por este livro para a desigualdade mundial. Mas majoritariamente não, porque os aspectos culturais comumente enfatizados – religião, ética nacional, valores africanos ou latino-americanos – simplesmente não são importantes para entender como chegamos até aqui e por que as desigualdades mundiais persistem. Outros aspectos, como a medida em que as pessoas confiam umas nas outras ou estão dispostas a cooperar, são importantes, mas são resultado das instituições, não causa independente” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 41, tradução livre);²³

A hipótese da ignorância apoia-se no entendimento de que os países não prosperam porque seus líderes não conhecem quais são as políticas que levam ao desenvolvimento. Contudo, segundo Acemoglu e Robinson (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 44-46), não foi por diferença de conhecimento que, no período colonial, os líderes das treze colônias inglesas, na América do Norte, escolheram incentivar o desenvolvimento de boas instituições, que fomentam a liberdade dos indivíduos, enquanto os líderes das colônias espanholas, nas Américas Central e do Sul, escolheram instituições que fomentam o trabalho escravo e a exploração. O contraponto desta hipótese é o que mais se aproxima da razão da desigualdade que o livro traz, pois ressalta que a razão desta diferença de escolhas tem muita relação com interesses políticos; no caso das colônias espanholas, o interesse de manter uma elite privilegiada, às custas do restante da população.

A partir dos conceitos de North²⁴, Acemoglu e Robinson (2012) descrevem o

²³ Importa destacar que os autores aqui não desconsideram o papel da cultura no desempenho econômico se uma sociedade, mas refutam a hipótese que defende a cultura como única variável determinante no desenvolvimento. Nas palavras de Acemoglu e Robinson, “*Is the culture hypothesis useful for understanding world inequality? Yes and no. Yes, in the sense that social norms, which are related to culture, matter and can be hard to change, and they also sometimes support institutional differences, this book's explanation for world inequality. But mostly no, because those aspects of culture often emphasized--religion, national ethics, African or Latin values--are just not important for understanding how we got here and why the inequalities in the world persist. Other aspects, such as the extent to which people trust each other or are able to cooperate, are important but they are mostly an outcome of institutions, not an independent cause.*”;

²⁴ Em Acemoglu e Robinson (2008, p. 2), é utilizada a definição de instituições de North como ponto de partida do estudo: “*Douglass North (1990, p. 3) offers the following definition: “Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction”;*

funcionamento de cada sociedade por meio de instituições, econômicas e políticas. Após uma revisão da história das Américas, os autores encontram a origem das desigualdades no mundo na diferença entre as instituições de cada sociedade. Como já mencionado na argumentação contra a hipótese da ignorância, o desenvolvimento das instituições norte-americanas, tanto por herança das instituições inglesas (assunto melhor tratado mais adiante), como por líderes políticos interessados na busca pela liberdade dos cidadãos, resultou em maior eficiência institucional do que aquelas regiões onde os líderes buscavam seus próprios interesses, negando a liberdade da maior parte da população – o caso das colônias espanholas.

A partir disso, os autores (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012) elencam duas possíveis naturezas institucionais: as inclusivas, que convergem para o desenvolvimento (as norte-americanas, no caso ilustrado acima), e as extrativas, que se colocam como obstáculos ao desenvolvimento (as das colônias espanholas na América).

As instituições políticas e econômicas inclusivas são aquelas que permitem e encorajam a participação da **maioria** da população nas atividades econômicas que melhor aproveitam os diferentes talentos e habilidades de cada indivíduo, além de conceder-lhes liberdade de escolha. São instituições que resguardam os direitos de propriedade, a imparcialidade no sistema judiciário e a provisão de um ambiente propício para que ocorram as transações, os contratos e a livre iniciativa (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). “Um trabalhador que tem a expectativa que sua produção [propriedade] seja roubada, expropriada ou inteiramente taxada e tomada como impostos terá baixo incentivo para trabalhar, quanto menos investir e inovar” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 51, tradução livre).

Por contraste, as instituições extrativas não asseguram direitos de propriedade, ou os concentram a uma elite privilegiada, não proporcionam ampla participação política, pelo contrário, privam de liberdades e necessidades básicas:

Chamamos estas instituições, cujas propriedades são opostas às das que chamamos inclusivas, instituições econômicas extrativas – extrativas porque tais instituições são desenhadas para extrair rendimentos e riqueza de um setor da sociedade para beneficiar outro. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 51, tradução livre)²⁵.

Por exemplo, a *encomienda*²⁶ nas colônias espanholas, que subjugava e escravizava os indígenas; ou, mais recentemente, a educação propagandista e a fome na Coreia do Norte.

²⁵ “We call such institutions, which have opposite properties to those we call inclusive, extractive economic institutions--extractive because such institutions are designed to extract incomes and wealth from one subset of society to benefit a different subset.”

²⁶ “Era a concessão de povos indígenas a um colonizador espanhol, conhecido como *encomendero*. Os povos indígenas deveriam tributos e serviços ao *encomendero*, em troca de serem por ele convertidos à Cristandade” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 16, tradução livre);

O diferencial trazido por “*Why Nations Fail*” é a ênfase nas instituições políticas como formadoras das instituições econômicas. Enquanto North afirmava que a transformação institucional ocorre “tipicamente” através da política (governo) (NORTH, 1990), Acemoglu e Robinson (2012) afirmam que o processo político, logo, instituições políticas, **determina** as instituições econômicas, logo os incentivos econômicos – como o incentivo à educação, à poupança, ao investimento, à inovação, etc.

Por exemplo, são as instituições políticas de uma nação que determinam a capacidade dos cidadãos de controlarem os representantes políticos e influenciarem seu comportamento. Isso, por sua vez, determina se os representantes políticos são agentes dos cidadãos, ainda que imperfeitos, ou podem abusar do poder a eles confiado, ou por eles usurpado, para acumular suas próprias fortunas e buscar suas próprias agendas, em detrimento dos cidadãos. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 30, tradução livre).²⁷

Ainda no exemplo das colônias espanholas e do regime norte-coreano, se as instituições políticas, que determinam quem tem poder na sociedade e para quais fins pode ser usado tal poder, promovem a concentração de poder, as instituições políticas são absolutistas²⁸. “Sob instituições políticas absolutistas [...], os detentores do poder serão capazes de levantar instituições econômicas que os enriqueçam e aumentem seu poder, às custas da sociedade” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 53, tradução livre)²⁹. Por outro lado, ampla distribuição de poder na sociedade leva ao pluralismo, isto é, instituições inclusivas.

Importa destacar, além disso, que Acemoglu e Robinson (2012) não desconsideraram a possibilidade de as instituições extrativas gerarem algum crescimento.

Antes da Inglaterra do século XVII, instituições extrativas eram a norma ao longo da história. Elas foram capazes, às vezes, de gerar crescimento econômico [...]. Mas não permitiram destruição criativa³⁰. O crescimento que geraram não foi sustentado e chegou ao fim por causa da ausência de inovações, por causa de interesses políticos de beneficiar-se da extração, ou porque os elementos inclusivos nascentes foram sumariamente revertidos [...].

²⁷ “For example, it is the political institutions of a nation that determine the ability of citizens to control politicians and influence how they behave. This in turn determines whether politicians are agents of the citizens, albeit imperfect, or are able to abuse the power entrusted to them, or that they have usurped, to amass their own fortunes and to pursue their own agendas, ones detrimental to those of the citizens.”;

²⁸ Em referência às monarquias absolutistas que existiram na história da Humanidade.

²⁹ “Under absolutist political institutions such as those in North Korea and colonial Latin America, those who can wield this power will be able to set up economic institutions to enrich themselves and augment their power at the expense of society.”

³⁰ “Crescimento econômico e transformação tecnológica são acompanhados do que o grande economista Joseph Schumpeter chamou de **destruição criativa**. Troca-se o velho pelo novo. Novos setores atraem os recursos dos velhos (setores). Novas firmas tomam negócios de firmas já estabelecidas. Novas tecnologias fazem obsoletas as habilidades e máquinas que já existiam. O processo de crescimento econômico, e sua base institucional inclusiva, cria tanto perdedores, como ganhadores na arena política e no mercado. Medo de destruição criativa é geralmente na raiz da oposição às instituições políticas e econômicas inclusivas.” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 55-56, tradução livre, grifo meu);

(ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 110, tradução livre)³¹.

Os exemplos citados são: Veneza do século XIV, que banuiu a *commenda*³², revertendo a possibilidade de ascensão social; a rápida industrialização da Coreia do Sul sob o regime autoritário do General Park³³; o Plano de Cinco Anos da União Soviética (URSS), que também apresentou rápida industrialização nas primeiras décadas da Guerra Fria³⁴, competindo com o avanço tecnológico do EUA; entre outros.

Acemoglu e Robinson (2012) afirmam que o berço das instituições inclusivas foi a Inglaterra, a partir das revoluções políticas, econômicas e sociais que tomavam lugar na transição histórica entre Idade Média e Idade Moderna. De acordo com eles, o cenário do final do século XVII era de surgimento de novos grupos de trabalhadores na sociedade. Além dos fazendeiros comerciais já existentes, industriais e fabricantes de diferentes setores, comerciantes do Atlântico e seus empregados, capitães de navios, funcionários dos portos, entre outros, reuniam-se numa coalizão forte e pluralista junto ao parlamento, que possuía poder suficiente para pleitear seus interesses diversos perante o rei. James II ainda lutava para manter o regime absolutista, portanto o parlamento buscou William III, Príncipe de Orange (província dos Países Baixos), mais alinhado aos seus interesses, para substituir a dinastia Stuart do trono inglês. Os eventos de 1688 e 1689 ficaram conhecidos como Revolução Gloriosa, movimentação em grande parte pacífica, que abriu as portas para a criação e o fortalecimento de instituições políticas e econômicas mais inclusivas³⁵.

Ademais, é possível afirmar que a cultura pode desempenhar papel motriz como instituição influente no desenvolvimento econômico, bem como político, social e nas demais esferas, uma vez que compõe os modelos mentais dos indivíduos. Disso, trata a próxima subseção.

³¹ “Prior to seventeenth-century England, extractive institutions were the norm throughout history. They have at times been able to generate economic growth [...]. But they did not permit creative destruction. The growth they generated was not sustained, and came to an end because of the absence of new innovations, because of political infighting generated by the desire to benefit from extraction, or because the nascent inclusive elements were conclusively reversed [...]”;

³² Contrato entre um comerciante e um investidor, sendo que o primeiro era o responsável pelas viagens para comprar e vender determinadas mercadorias, e o segundo, responsabilizava-se pelo financiamento. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 92);

³³ O General Park implantou uma ditadura desenvolvimentista na Coreia do Sul, durante as décadas de 1960 e 1970. Suas políticas industriais deram muito certo em termos de crescimento econômico. Esse assunto será melhor tratado ao longo do restante desta monografia.

³⁴ Mesmo sendo as instituições políticas e econômicas altamente extrativas e o mercado profundamente restrito (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 59).

³⁵ Os colonizadores ingleses vinham de um contexto institucional mais inclusivo, portanto as instituições que fundaram as nações norte-americanas, no século XVIII, notadamente os EUA, tiveram ascendência nas instituições inglesas como mencionado anteriormente;

1.3.3 A Cultura como Instituição

Ao estudar-se as instituições, além de conhecer as leis, é fundamental o estudo da trajetória histórica do povo, da evolução da cultura e dos costumes. Por isso, não é difícil perceber que muitos autores institucionalistas são também, em alguma medida, historiadores. Por exemplo, North, fornece grande quantidade de dados históricos para bem fundamentar seus estudos; sintetizadas no conceito de *path dependence*, a história e cultura “conectam o passado ao presente e ao futuro” e são a chave que explica o caminho da mudança institucional (NORTH, 1990, p. 6, tradução livre).

Acemoglu e Robinson (2012) analisam a diferença na evolução institucional entre as colônias inglesas e espanholas, no continente americano. Este estudo pode ser considerado uma complementação do que já dissera Douglass North sobre a diferença na evolução institucional entre Inglaterra e Espanha – as metrópoles –, durante o período do colonialismo:

Na primeira [Inglaterra], evoluiu uma estrutura institucional que permite a troca complexa e impessoal³⁶ necessária para a estabilidade política e para capturar os ganhos econômicos potenciais da tecnologia moderna. Na derradeira [Espanha], relações personalistas são ainda a chave para a maior parte das trocas políticas e econômicas. Elas são consequência de uma estrutura institucional em evolução que não produz sequer estabilidade política, nem realização consistente do potencial da tecnologia moderna. (NORTH, 1990, p. 117, tradução livre)³⁷.

Nota-se então o efeito da cultura sobre as instituições. Visto que o processo colonizador implica na exportação – ou, se preferir, na imposição – da cultura da metrópole para a colônia, como a evolução das instituições da nascente nação estadunidense tiveram como ponto de partida as instituições inclusivas inglesas, assim aconteceu com a Espanha e suas colônias americanas. Como afirmam Acemoglu e Robinson (2001), as instituições extrativas das colônias europeias – nomeadamente, as espanholas – não promoveram nem a proteção dos direitos de propriedade privada, sequer *checks and balances* contra a expropriação da colônia pela metrópole – na verdade, essa era a finalidade da colonização dessas regiões; já no caso das colônias estabelecidas em regiões como atual EUA, entre outras, a finalidade era “replicar as instituições [...], com forte ênfase na propriedade privada e *checks and balances* contra o poder

³⁶ A troca é impessoal quando o contrato é compelido por terceiros – i.e. Estado e a legislação.

³⁷ “*In the former, an institutional framework has evolved that permits the complex impersonal exchange necessary to political stability and to capture the potential economic gains of modern technology. In the latter, personalistic relationships are still the key to much of the political and economic exchange. They are a consequence of an evolving institutional framework that produces neither political stability nor consistent realization of the potential of modern technology*”;

do governo” (p. 1370).

Destaca-se agora a influência da cultura sobre uma sociedade em termos de desenvolvimento. Tabellini (2010) estudou, utilizando-se de cálculos econométricos, o impacto que a cultura tem sobre o desempenho econômico de uma sociedade, analisando o desenvolvimento de diferentes regiões da Europa, sujeitas a instituições semelhantes, inclusive dentro do mesmo país, como as diferenças entre Norte e Sul da Itália. Sua conclusão foi que existem dois traços da cultura que são favoráveis ao desenvolvimento:

O primeiro traço assemelha-se ao que estudos prévios chamaram de “capital social”, e é capturado pelas [ou, refletido nas] variáveis **confiança** (confiar nas outras pessoas) e **respeito** (prezar pela virtude da tolerância e do respeito aos outros [...]). O segundo traço pode ser interpretado como confiança no indivíduo, e é capturado pela variável **controle** (sentir-se em controle sobre a própria vida) e, em sentido negativo, pela variável **obediência** (prezar pela obediência dos filhos). Esses traços culturais podem influenciar o desenvolvimento diretamente, ou indiretamente por meio do funcionamento das demais instituições vigentes. (TABELLINI, 2010, p. 711, grifo meu)³⁸;

Segundo Lustosa (2010), a cultura é

matriz, em constante transformação, dos sentimentos e das **maneiras de perceber e se apropriar do mundo** que caracterizam as comunidades em um dado momento. Essa maneira abrangente de compreendê-la permite atentar para o fato de que não existem práticas que não estejam calcadas em representações **através das quais os indivíduos constroem o sentido de suas existências.**” (p. 150, grifo meu).

Os elementos grifados na citação acima vão ao encontro do conceito de modelos mentais de Douglass North. Portanto, usando a terminologia de sua teoria das instituições, ele admite o papel da cultura na transformação da matriz institucional em direção à eficiência (desenvolvimento) ao afirmar que a “herança cultural provê um meio de reduzir a divergência entre modelos mentais que as pessoas têm em uma sociedade e, além disso, constitui um canal para a transferência intergeracional de percepções unificadoras”. (DENZAU; NORTH, 1994, p.8)⁴⁰. Pois “Instituições, práticas e representações configuram a reprodução e a mudança

³⁸ “The first trait resembles what earlier studies have called “social capital,” and is captured by the variables trust (having trust in other people) and respect (appreciating the virtue of having tolerance and respect for others [...]). The second trait can be interpreted as confidence in the individual, and is captured by the variable control (feeling in control of one’s life) and, in a negative sense, by the variable obedience (appreciating obedience in one’s own children). These cultural traits can influence economic development directly, or indirectly through the functioning of current institutions.”;

³⁹ Entende-se que os termos grifados (as variáveis usadas por Tabellini) estão compreendidos nos conceitos de liberdade (já devidamente tratado na seção 1.2. deste capítulo, sobre a visão de liberdade de Amartya Sen) e de capital social (“grau de confiança existente entre os atores sociais de uma sociedade, normas de comportamento cívico e o nível de associatividade” (Putnam, 1994 apud KLIKSBURG, 1999, p. 87, tradução livre);

⁴⁰ “The cultural heritage provides a means of reducing the divergence in the mental models that people in a society have and also constitutes a means for the intergenerational transfer of unifying perceptions”;

social” (LUSTOSA, 2010, p. 150).

Em suma, entende-se que buscar conhecer o ambiente institucional para diagnosticar, estudar e compreender a experiência de desenvolvimento de cada país é o melhor caminho a percorrer, uma vez que o estudo das instituições demanda também conhecimento da história, da cultura, da política, das leis, dos costumes, bem como da teoria econômica. Portanto, sendo abrangente (multidisciplinar) e flexível (aplicável independentemente do quadro institucional), foi escolhida a teoria institucionalista para fazer a apreciação do desenvolvimento sul-coreano nas últimas décadas.

Diante do exposto acima neste capítulo, encontra-se o ponto de encontro entre o conceito e a teoria aplicada sobre desenvolvimento adotados neste trabalho: North (1990) elege o regime democrático representativo como o mais próximo do quadro de eficiência institucional; Acemoglu e Robinson (2012) apontam as instituições políticas e econômicas inclusivas como motores do desenvolvimento – instituições econômicas e políticas inclusivas basicamente significam democracia.

Em outras palavras, poder descentralizado, direitos de propriedade seguros, confiança na imparcialidade jurídica e nos representantes escolhidos pelo povo para levar a cabo seus interesses geram na sociedade incentivos a atividades produtoras de riqueza; em que cada cidadão cumpre seus deveres (produzem, inovam, consomem, investem, pagam impostos - não abusivos; são bons cidadãos) e tem poder e liberdade para efetivar seus direitos (civis, sociais e políticos – educação, escolher o trabalho, participar do processo decisório político, etc.). Tais direitos estão representados dentre as liberdades individuais e sociais listadas por Amartya Sen – que aponta a liberdade como meio e fim do desenvolvimento; ser livre para se desenvolver, para ser livre.

Portanto, fazendo já referência ao último capítulo da presente monografia, em que a teoria institucionalista servirá, de facto, de base para a discussão do desempenho econômico e político sul-coreano, a Coreia do Sul experimentou a tão desejada transformação institucional que favorece o desenvolvimento. De instituições extrativas, em que elites expropriam recursos da massa da população, cerceiam sua liberdade, impedem o desenvolvimento em todas as esferas, para instituições crescentemente inclusivas, democráticas, que dão valor à liberdade e à inovação, em direção ao desenvolvimento pleno.

Para fazer a análise sob uma perspectiva institucionalista e avançar no objetivo estabelecido de compreender o desenvolvimento experimentado pela Coreia do Sul, entre 1960 e 1996 –, descrever-se-á, no capítulo seguinte, a história da Coreia.

2 HISTÓRIA DA COREIA

O estudo das instituições pressupõe conhecimento histórico, pois é na história em que se encontra as origens e a evolução das instituições – como chegaram a ser o que são hoje. A experiência vivida influencia fortemente, senão determina, o comportamento futuro. Da mesma forma, e em concordância com os economistas da perspectiva institucionalista, o estudo da trajetória histórica de um país fornece dados fundamentais para a compreensão de sua situação de desenvolvimento atual, de seus costumes e cultura. Portanto, faz-se necessário dedicar este capítulo à descrição da história da Coreia, destacando fatos relevantes para a análise sob a perspectiva institucionalista.

Muitos historiadores relacionam a história da Coreia com a história da China, que foi a grande influenciadora dos povos a seu redor. Ainda assim, o povo coreano construiu uma civilização própria, com peculiaridades que serão descritas nas seções seguintes. No século XIX, a partir de 1850, o imperialismo era característica comum entre as nações poderosas do mundo então – notadamente as nações europeias, mas também o Japão. A expansão imperialista japonesa deu-se no sudeste asiático, principalmente na região da Manchúria e a península coreana. A Coreia foi dominada, em 1905, pelo Japão e permaneceu sob controle japonês durante décadas, até o final da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos Aliados e a rendição do Japão, em 1945. A derrota japonesa implicou na entrega da península, que foi dividida entre URSS, com a parte setentrional, e EUA, com a meridional. A partir daí, divididas artificialmente, cada parte seguiu caminhos opostos, tanto politicamente, socialmente, economicamente, e, portanto, institucionalmente, como será demonstrado adiante neste trabalho.

A seguir, o capítulo subdivide-se em três: a seção 2.1 trata da história milenar da Coreia até meados do século XIX; a seção 2.2 refere-se ao período sob o domínio do império do Japão; e, por último, a seção 2.3 descreve a trajetória coreana no século XX, desde a divisão da península, após a Segunda Guerra Mundial, até 1996.

2.1 A Grande Coreia

A Coreia possui uma tradição milenar. Djun Kil Kim afirma, em seu livro *The History of Korea* (2005), que na verdade existem várias respostas para a pergunta de quantos anos tem

a história coreana: arqueólogos argumentam que o início foi **há dez mil anos**, quando população neolítica povoou a península; os próprios coreanos assumem a data de **cinco mil anos atrás**, informação trazida no mais antigo mito “Tang’un”⁴¹, fundador do primeiro reino coreano, Choson; a historiografia coreana do século XV, a verdadeira data trazida pelo mito é **2333 a.C.**; alguns acreditam que o marco inicial foi o primeiro registro oficial da região, escrito na China há **dois mil anos**; ou o primeiro registro legitimamente coreano, de **414 d.C.**, numa coluna de pedra, sobre o rei Kwanggaet⁴², no reino de Koguryo [ou Goguryeo]; mas em **668 d.C.**, o grande reino Silla conquistou Koguryo e foi o primeiro e mais longo período em que a península coreana foi em sua totalidade unificada; ainda outros defendem que o início da história da Coreia foi a consolidação do Confucionismo no país, **350 anos atrás**; por fim, a data mais recente que pode ser indicada é **1948**, pois data a criação dos atuais governos Norte e Sul-coreanos (KIM, 2005).

A identidade nacional coreana tem forte raiz no mito Tang’un⁴³, seja verídico ou não, cujo efeito de patriotismo e coesão do povo muito foi utilizado por governantes coreanos, em tempos de crise nacional (KIM, 2005). Portanto, diante destas oito possíveis respostas (grifadas) para a idade da história coreana, Kim considera cinco mil anos como a que melhor representa a tradição coreana – não é à toa que os próprios coreanos utilizam esta data.

A cultura coreana foi uma construção própria, apesar de ter sido significativa a influência chinesa sobre a Coreia. Os primeiros imigrantes da península (cerca de cinco mil anos atrás) desenvolveram o idioma coreano, que provém da família linguística altaica, diferente da chinesa. Uma vez “dada a largada” na construção da cultura coreana, a influência chinesa, no século II a.C. (CASTRO, 2014) foram o combustível – escrita, alfabetização inicialmente tiveram base chinesa; o alfabeto chinês foi incorporado ao idioma coreano (KIM, 2005). No entanto, os coreanos desenvolveram seu próprio sistema de escrita, que hoje é conhecido como Hangeul.

A partir do século primeiro da era cristã, as tribos que habitavam a península coreana

⁴¹ O mito *Tang’un* descreve o início do reino de *Choson* como no quinquagésimo (50º) ano do primeiro imperador da China, sendo assim quase tão antigo quanto sua “irmã mais velha, China (KIM, 2005, p. 6);

⁴² “Seu nome significa “expandir e abrir o território”, e de fato, seu reino chegou a cobrir grande parte da península coreana e da Manchúria” (KIM, 2005, p. 6, tradução livre);

⁴³ “No mito *Tan’gun*, a história de Hwanung, que desceu do céu com flores, reflete a migração de um grupo étnico de fabricantes de cerâmica plana chamado Hwanung da região sul das Montanhas Altai, na Mongólia, via China setentrional até a Manchúria e a península coreana. Eles trouxeram consigo uma civilização neolítica de agricultura, que dominou povo aborígine de cerâmica padrão pente. Dentre esses nativos, a tribo, cujo totem é um tigre, resistiu essa nova onda de imigração, enquanto a tribo de totem de urso aceitou. Com a ajuda da tribo de totem urso, a tribo Hwanung criou o primeiro antigo Estado na região, chamado *Choson* e liderado pelo rei *shaman Tan’gun*. *Tan’gun* foi mais tarde sucedido pela próxima onda de migração liderada por *Kija*, que trouxe uma civilização de bronze ainda mais avançada.” (KIM, 2005, 15, tradução livre, grifo meu);

unificaram-se em três reinos, configuração que permaneceu por cerca de nove séculos. Este período ficou conhecido como “Período dos Três Reinados”, em que os reinos de Goguryeo (ou Koguryeo), Baekje [ou Paekche] e Silla disputaram o controle da península, entre os séculos IV e VII d.C. (CASTRO, 2014).

Sobre a Coreia Medieval, Kim (KIM, 2005) assinala algumas diferenças entre a vida na península e na Europa feudal. Do ponto de vista eurocêntrico, sequer houve feudalismo na Coreia, isto é, enquanto as relações europeias eram predominantemente contratos entre suseranos e vassalos de terras em troca de juramentos de serviços militares e políticos, respectivamente⁴⁴, na Coreia, não havia tais contratos. Os chefes militares coreanos do nono século tiveram origem dentre os “comerciantes marítimos, oficiais de comando, bandidos, monges Budistas e aristocratas locais” (KIM, 2005, p. 51, tradução livre) e relacionavam-se com os camponeses trocando proteção militar por trabalho.

No século X, Kim (2005) continua, o grande reinado de Silla entrou em decadência e o poder foi tomado pelo mais proeminente chefe militar – Wang Kon, fundando a Dinastia Koryo. O rei implementou reformas políticas para fortalecer seu poder monárquico, como expansão do recrutamento militar e indicação de oficiais para substituir os fortes e aristocratas que governavam as províncias. O recrutamento para a burocracia central foi dividido em duas áreas, civil e militar, sendo inicialmente por método meritocrático (exames), em vez de hereditário, porém este método não foi mantido pelos reis subsequentes, que privilegiaram uns sobre outros, além de os exames tornarem-se acessíveis apenas aos descendentes de famílias fortes (KIM, 2005).

Pelos próximos quatro séculos, aproximadamente, a península coreana foi incorporada ao domínio da dinastia mongol Yuan, cujo imperador foi Khubilai Khan e que se estendia por grande parte do leste asiático, inclusive China. Os coreanos foram subjugados, forçados a pagar tributos abusivos e fornecer artesãos e mulheres aos aristocratas mongóis. Contudo, houve uma abertura comercial, que colocou a Coreia em contato com Islâmicos, da Ásia Central – contato intercultural que trouxe diversificação científica, tecnológica e comercial (i.e., setor têxtil, canhões, agricultura, etc.). Vale mencionar também o crescimento populacional e a diminuição da taxa de mortalidade infantil, com os avanços no uso de ervas medicinais locais pelos estudos Confucionistas (KIM, 2005).

Após a morte de Khubilai Khan, no fim do século XIII, o Império Yuan enfraqueceu, o que propiciou que Zhu Yuanzhang, rebelde da região sul da China, expulsasse os mongóis e

⁴⁴ Mais estrita definição do feudalismo eurocêntrico (KIM, 2005, p. 52);

fundasse a Dinastia Ming, em meados do século XIV. A Dinastia Koryo, então, retomou à força o domínio da Coreia pelas mãos do rei Kongmin, com ensejos de implementar reformas políticas que dessem fim à corrupção e extravagância do estilo de vida da aristocracia coreana. Porém teve que lidar com a instabilidade causada, naquele ponto, por invasores chineses e saqueadores japoneses e, não muito depois, foi assassinado por aristocratas desinteressados em perder seus privilégios (KIM, 2005).

Em meio a esse vácuo de poder, emergem dois chefes militares, um de ascendência aristocrata da capital, Ch'oe Yong, e outro filho de um importante homem-forte da fronteira nordeste, Yi Songgye; o primeiro defendia expansão para territórios de ocupação Ming, ao norte – nacionalismo idealista, pode-se dizer, e o outro, mais realista, opôs-se a guerrear contra os Ming. Mais velho, Ch'oe Yong ganhou mais poder após a morte do rei Kongmin e pôs em ação o plano da expansão, apesar da oposição de Yi Songgye. Yi Songgye, então, contrariado decide boicotar o plano de Ch'oe Yong e estabelece-se, no Sul, com seu batalhão, onde é nomeado rei.

O Sul era casa de oficiais acadêmicos neo-confucionistas que, recebendo o novo rei, desejavam ainda erradicar a corrupção dos aristocratas. Yi Songgye iniciou uma redistribuição de terras de acordo com a nova hierarquia, que resultou em maior arrecadação de impostos e na perda de privilégios aristocráticos. Além disso, é interessante mencionar a objeção colocada pelos oficiais neo-confucionistas aos monges budistas e seus templos e rituais esbanjadores e desperdiçadores de recursos, acolhidos e protegidos pela monarquia Koryo; o novo grupo no poder defendeu, pois, a separação do Budismo dos assuntos políticos. Assim, estava preparado o terreno para a fundação de uma nova dinastia, que duraria até o século XIX, a Dinastia Choson (KIM, 2005).

No século XV, foi restaurado, pelo rei Sejong, O Grande, um *think tank*, cujo objetivo era promover debates sobre políticas públicas e problemas do reino entre o rei e notáveis estudiosos. O *hangul*, criação deste grupo, é um dos exemplos das políticas do rei Sejong que contribuíram para a formação do território, da linguagem e da cultura coreana – elementos de unidade nacional que perduram até hoje (KIM, 2005). Todavia, instabilidade retornou à Coreia quando, no final do século XV, o trono de Tanjong, neto de Sejong, é usurpado pelo tio – postumamente conhecido como Sejo –, o que dividiu a sociedade coreana entre opositores e apoiadores. Os oficiais acadêmicos também se dividiram: dos opositores, metade foi assassinada por tentar retomar o poder e metade refugiou-se nos campos, e os apoiadores, por outro lado, foram perdendo aceitação do povo com o passar do tempo.

Ainda sob o método meritocrático, um novo grupo de estudiosos – os *sarin* –, oriundo do interior assumiu os cargos oficiais, representando uma ameaça (progressista) aos privilégios

dos oficiais da família real e da aristocracia (conservadores). Os oficiais conservadores, então, foram capazes de remover os *sarin* que mais lhes incomodavam, a fim de manterem o *status quo* que lhes beneficiava. Ao longo do século XVI, decepcionados com a política central e explorados economicamente, o povo do interior do território coreano começou a apoiar grupos bandidos, em rebelião ao governo de Sejo (KIM, 2005).

No fim do século XVI, os japoneses invadiram a Coreia, sob liderança de Toyotomi Hideyoshi, deflagrando a Guerra *Imjin*⁴⁵. O plano de Hideyoshi era dominar a península e dividir as terras entre os chefes militares que o apoiavam. Os japoneses foram bem-sucedidos nos primeiros saques e ocuparam as estradas que ligavam as principais cidades – Seoul e Pyongyang –, porém foram surpreendidos por tropas chinesas enviadas pelo imperador Ming para reestabelecer a ordem. Depois de trocarem inúmeras vitórias e derrotas com coreanos e chineses, os japoneses renderam-se e retiraram-se da batalha em 1598, após a morte de Hideyoshi. Sobre o pós-guerra, destaca-se a destruição causada pelo conflito: centenas de milhares mortos; dezenas de milhares prisioneiros de guerra; terras férteis, casa, palácios, templos e preciosas heranças culturais destruídas; forte movimento migratório e miscigenação resultou da guerra. Casamentos entre coreanos e japoneses, coreanos e chineses, e prisioneiros de guerra coreanos, que repercutiram seus costumes aos japoneses, implicaram em intenso intercâmbio cultural num mundo ainda pouco globalizado. Mudanças dinásticas ocorreram no Japão e na China, mas não na Coreia, demonstrando resiliência e lealdade do povo coreano (KIM, 2005).

Os séculos XVII e XVIII foram de paz, estabilidade e progresso, como coloca o historiador coreano Djun Kil Kim (KIM, 2005). Há quem desconsidere estes anos por terem sido calmos e sem complicações – ou mesmo de estagnação, pelos japoneses, como será visto adiante, na próxima sessão –, mas Kim (2005) afirma terem importado grandemente para o desenvolvimento coreano. A usurpação do controle sobre a China da Dinastia Ming por uma nova dinastia estrangeira – Manchu (KIM, 2005) serviu de pontapé inicial para a consolidação do Confucionismo⁴⁶ e Neo-Confucionismo na Coreia – apesar de estar presente desde o século V. O resultado foram transformações significativas no modo de vida da sociedade. Por exemplo, antes, a prática era dividir a herança igualmente entre filhos e filhas, as cerimônias aos ancestrais eram conduzidas por cada filho, revezando entre os irmãos, independentemente da

⁴⁵ Este evento foi nomeado de acordo com o ano corrente do zodíaco chinês. (*Ibd.*, p. 80);

⁴⁶ Os princípios confucianos trazem consigo uma estrutura moral legitimada, em geral, por todo Leste asiático: na base da adoração aos ancestrais, há respeito ao mais velho, além da valorização da educação. Nesse sentido, não só a Coreia, mas também os outros reinos do Leste asiático adotaram o Budismo e o Confucionismo, como ambos fonte de ideologia política e moral social (*Ibd.* p. 25);

idade. Agora, sob o Confucionismo:

[A] dominação da organização em linhagens, primogenitura, papel primordial do filho mais velho e a linha de descendência de filho mais velho para filho mais velho pelas gerações, padrões matrimoniais patrilocais, adoração aos ancestrais conduzida pelo filho mais velho com exclusão das filhas, e muitas outras características do sistema patriarcal de família que não estavam presentes antes da metade do século XVII (KIM, 2005, p. 7).⁴⁷

Outro ponto a ser destacado deste período de estabilidade e progresso é a evolução econômica, comercial, tecnológica e, conseqüentemente, social: reformas tributárias e trabalhistas (desuso da corveia⁴⁸ e aplicação mais justa de horas de trabalho) e adoção da moeda, como meio de troca e reserva de valor; prosperidade e multiplicação das praças comerciais e mercados; adoção de novas tecnologias de plantio e ganhos de produtividade na agricultura; avanço tecnológico nas indústrias de artesanato e na mineração de prata e ouro; crescimento populacional e possibilidade de mobilidade (ascensão) social⁴⁹ (KIM, 2005).

Até meados do século XIX, a Coreia viveu inserida na ordem mundial leste asiática, sob liderança da chinesa, limitando suas relações externas apenas a Japão e China. No entanto, ainda que isolada, a península coreana sofria “ondas de influencia ocidental” – por meio de missionários católicos ou mesmo nacionais que se interessaram pelo Catolicismo –, até que os *yangban* organizassem uma perseguição, na virada do século XVIII para o XIX, levando à morte centenas de católicos, suprimindo essa influência ocidental (KIM, 2005, p. 101). Além disso, o navio estadunidense *USS General Sherman*, que penetrando o rio *Taedong*, no ano de 1866, em busca de comércio (embora armado com canhões), foi queimado e sua tripulação, morta pelos soldados coreanos (KIM, 2005). Por conta de uma política fortemente sinocêntrica, não fora informado o então rei *Choson* dos possíveis benefícios e, na verdade, da inevitabilidade da abertura da Coreia para o externo, mantendo-se, portanto isolado do Ocidente (KIM, 2005) – em respeito à ordem leste asiática, já em decadência⁵⁰.

⁴⁷ “the dominance of the lineage organization, primogeniture, the primary role of the eldest son and the line of descent from eldest son to eldest son over generations, patrilocal marriage patterns, ancestor worship controlled by the eldest son to the exclusion of daughters, and several other features of the patriarchal family system were not present prior to the mid-seventeenth century”;

⁴⁸ “trabalho gratuito, geralmente três dias por semana” (FRANCO, 2001);

⁴⁹ Quase impossível no período da Dinastia *Choson*, quando o status social era hereditário e a sociedade era dividida em quatro estratos: *yangban* (oficiais), *chungin* (classe média), *yangin* (plebeus), e *ch'onin* e *nobi* (base da sociedade e escravos). Existia a possibilidade dos *yangin* tornarem-se *yangban* se educados propriamente e aprovados no exame do serviço civil, porém a concorrência com os *yangban* era injusta, pois estes podiam concentra-se na sua educação, enquanto os *yangin* eram geralmente pobres fazendeiros (Ibd., p. 95). Além disso, desde a Guerra *Imjin*, os soldados recrutados que eram escravos, foram libertos, e, a partir de 1731, foi promulgada uma lei que garantia status de *yangin* a filhos de mães *yangin*, mesmo que o pai fosse *nobi*, causando a diminuição da população escrava (Ibd., p. 95-96);

⁵⁰ Em 1842, a derrota na Guerra do Ópio da China para a Grã-Bretanha leva ao enfraquecimento chinês e o conseqüente colapso da ordem (Ibd., p. 99);

Vendo-se vulnerável, a monarquia coreana mais uma vez persegue os católicos; o número de fiéis havia crescido aos milhares pela presença de um grupo de doze padres franceses, portanto nove destes foram executados juntamente com oito mil coreanos convertidos, também em 1866. Tal ato atraiu a intervenção militar francesa para as bordas da península coreana, embora não tenha subjogado toda a força coreana, foi capaz de ocupar a ilha *Kanghwa*, derrotar as tropas coreanas locais, saquear a cidade e pilhar de ouro, prata, canhões, rifles e livros. Conseguir expulsar os franceses garantiu aos coreanos uma autoconfiança para resistir o poder ocidental, que foi refletida cinco anos após o evento do *USS General Sherman* (1871), ao resistir a Coreia contra uma nova abordagem estadunidense, que, desta vez com objetivo declarado de forçar a abertura comercial coreana, foi infeliz na escolha de adentrar pelo estreito da ilha *Kanghwa*, fortificado em decorrência da anterior invasão francesa, e partiu em retirada sem sucesso (KIM, 2005).

O Japão, desde a Restauração *Meiji* em 1868, passou por uma remodelação do sistema político em direção a uma constituição monárquica nos moldes ocidentais, provocando reação negativa do rei coreano e sendo por este considerado entre os “bárbaros ocidentais”. Então, em 1874, retornou o Japão com renovada determinação para quebrar o laço da Coreia com a tradicional ordem mundial do Leste-Asiático, apresentando uma carta diplomática baseada no direito internacional que exigia abertura comercial.

A recusa da Coreia repercutiu uma atitude japonesa de intervenção militar, terminando na assinatura de um tratado internacional, o Tratado de *Kanghwa* de 1875. Porém houve divergência na interpretação do tratado: a Coreia entendeu que retomaria a relação diplomática tradicional com Japão, ao passo que o Japão se orgulhava de ter conseguido debilitar um dos pilares da ordem do mundo Leste-Asiático. Prevalecendo, pois, a interpretação japonesa do tratado, os portos coreanos foram abertos, pela primeira vez em 1882 para os EUA, a partir do Tratado de Paz, Amizade e Comércio entre os dois países, seguido de tratados similares com Grã-Bretanha e Alemanha (1883), Itália e Rússia (1884) e França (1886)⁵¹ (KIM, 2005).

Desde abertos os portos, o contato com produtos e com instituições ocidentais, tais como hospitais e escolas modernos, conquistou os membros da monarquia e da camada social mais elevada da capital. Por outro lado, as importações dos produtos manufaturados do Ocidente prejudicaram a indústria nacional, levando ao descontentamento dos camponeses. A sociedade coreana, então, encontrava-se dividida entre aqueles mais conservadores, fiéis às tradições e aqueles que se viam prejudicados economicamente pela abertura comercial, e os entusiastas da

⁵¹ Ponto destacado por Kim em seu livro é a inclusão de uma cláusula permitindo a entrada de missionários católicos no tratado entre Coreia e França (Ibd., p. 107);

presença ocidental na península.

Nesse contexto, emergiram alguns grupos rebeldes que tentaram Golpe de Estado, o que, por sua vez, atraiu presença militar chinesa e japonesa na península, acirrando a disputa; até que, em 1894, o controle sobre a Coreia é assumido pelo Japão, que declara guerra contra a China sob a Dinastia Qing, saindo vitorioso e passando o domínio coreano a um grupo de oficiais “*reform-minded*” (que desejavam reformar e modernizar a Coreia), em 1895. Políticas nacionalistas e anti-chinesas (para afirmar a independência nacional coreana, especialmente da China), ações de modernização social, econômica e do sistema de educação fizeram parte da agenda deste novo governo, além de reorganização política e burocrática aos moldes japoneses (KIM, 2005).

Tais reformas, conhecidas como Reformas *Kabo*, não foram bem recebidas pelos *yangban*, que buscaram apoio da Rússia (inimiga do Japão na Manchúria). Em 1895, o ministro japonês, líder das Reformas *Kabo*, tramou contra a monarquia coreana a fim de eliminar integralmente sua influência sobre a legislação, em que logrou o assassinato da Rainha-mãe Min (KIM, 2005). O Rei Kojong buscou proteção russa, o que abriu espaço para que a Rússia também tivesse alguma influência na península.

Japão e Rússia, então, disputaram o poder sobre a Coreia, além da Manchúria e outras ilhas no sudeste asiático, nos anos da virada do século XVIII para o XIX. Então, após diversas tentativas de negociação, a rivalidade russo-japonesa culminou em guerra em 1904. Com o apoio britânico e estadunidense, as tropas navais japonesas derrotaram a frota russa, em 1905. No acordo de paz, enfim, a Rússia foi obrigada a conceder ao Japão parte das ilhas, ferrovias na Manchúria e, mais importante, o domínio sobre a Coreia. Finalmente, em novembro do mesmo ano, a Grande Coreia tornou-se protetorado do Japão, depois de forte, porém vencida, resistência da monarquia coreana, perdendo sua soberania e autonomia administrativa doméstica (KIM, 2005).

2.2. Dominação Japonesa

A presença do Japão na península coreana deu-se durante a primeira metade do século XX. Pode-se dizer que marcou três períodos – dominação militar, cultural e totalitária –, de intensidades repressiva, branda e fortemente repressiva, respectivamente.

Em resumo, o Governo Geral de Choson [como era chamado o governo colonial do Japão sobre a Coreia] tem a tarefa perante eles [coreanos] de promover avanço intelectual e moral no caráter dos novos súditos do Império, reformando todos seus costumes e modos maldosos e antiquados, a fim de assimilá-los completamente ao povo original do Império. (KOMATSU, 1912,

tradução livre)⁵²

A diretora de Assuntos Internacionais do Governo Geral de Choson, Midori Komatsu, fez a seguinte descrição do ambiente institucional coreano na segunda metade do século XIX:

Olhando ao passado, não vários séculos, mas mesmo tão recente quanto cinquenta anos atrás, encontramos no Governo da Coreia intrigas infundáveis e contendas entre facções rivais. Havia um partido de Orientalistas que fazia oposição aos Ocidentalistas. Havia também os partidos de jovens e velhos *yangban*, opostos um ao outro. Esses homens não apenas constantemente **tramavam para retirar o poder da oposição**, mas também, uma vez no poder, **barganhavam cargos oficiais por ouro; e longe de preocuparem-se com o bem-estar das massas, davam seu melhor para enriquecer-se às custas do povo. Não eram mantidas tropas regulares para a preservação da paz e da ordem públicas, nem polícia eficiente para proteger a vida e a propriedade**. Bandos de malfeitores conhecidos como bandidos de fogo vagavam livremente, cometendo atrocidades e roubos. Nesse sentido, a maior parte de um povo pacífico, vendo-se entre o demônio em forma de **oficiais corruptos** e o profundo mar de implacáveis bandidos, foi reduzida ao estado abjeto de **pobreza e indolência**. (KOMATSU, 1912, grifo meu, tradução livre)^{53,54}

Durante os cinco anos de protetorado, os japoneses utilizaram o mesmo modelo do protetorado britânico empregado no Egito: mantendo a monarquia, o gabinete e os magistrados locais coreanos, porém ditando a política externa e controlando a política interna por meio de conselheiros japoneses. Ito Hirobumi foi então apontado Governador Geral residente. Sua missão era alcançar legitimidade da proteção japonesa por meio de benefícios visíveis: estradas, hospitais, escolas e aumento da produção na agricultura. Além de promover a infraestrutura, Hirobumi almejava governar a Coreia sem usar a força. Buscou-se, portanto, colaboradores coreanos que fossem confiáveis, que definitivamente não pertenceriam às camadas mais elevadas conservadoras, permitindo, assim, mobilidade social (KIM, 2005).

A segurança da vida e da propriedade pela presença de tropas e polícia, também pela separação do Judiciário e do Executivo, e a sensação de que a propriedade privada não seria tomada pelos oficiais arbitrária e ilegalmente, permitiram o engajamento dos coreanos no seu trabalho mais diligentemente

⁵² “*In short, the Government General of Chosen has the task before them of advancing the intellectual and moral character of the new subjects of the Empire, by reforming all their antiquated and evil customs and manners, in order to assimilate them completely to the original people of the Empire*”;

⁵³ “*Looking backward, not to say several centuries, but even as recently as fifty or sixty years ago, we find in the Government of Korea endless intrigues and feuds engaged in by rival factions. There was the party of Easterners and opposed to it was that of the Westerners. There were also the parties of elder and young yangban against each other. Not only did these men constantly plot to oust one another from positions of power, but also those in office bartered official positions for gold; and far from minding the well-being of the masses, did their utmost to enrich themselves at their expense. There were maintained neither regular troops for the preservation of public peace and order, nor efficient police for the protection of the people’s life and property. Bands of ruffians known as fire brigands freely roamed at large, committing atrocities and robberies. In this way the bulk of a peaceful people, finding themselves between the devil in the form of corrupt officials and the deep sea in that of relentless brigands, were reduced to a state of abject poverty and indolence*”;

⁵⁴ Notável que esta descrição se encaixa perfeitamente nas instituições exclusivas descritas por Acemoglu e Robinson (2012);

e poupar sua renda ao máximo possível. (KOMATSU, 1912, tradução livre)⁵⁵

Pode-se afirmar que o objetivo de convencer a sociedade coreana da legitimidade do regime japonês foi em parte alcançado. Intelectuais tornaram-se darwinistas⁵⁶ e passaram a promover a consciência de que a solução para a fraqueza coreana está no auto fortalecimento; bem como, até mesmo conservadores confucionistas aderiram a campanha para a modernização da educação para seus filhos (KIM, 2005).

Nesse estado dos fatos, o rei Kojong continuou a buscar auxílio estrangeiro. Secretamente ele logrou enviar dois antigos oficiais para a 2ª Conferencia Internacional da Paz, em junho de 1907, em Haia, na Holanda. Porém, como a Coreia perdera sua soberania para o Japão, os oficiais não foram sequer admitidos na conferência. Ainda assim, fizeram o discurso “Um Apelo pela Coreia” numa conferência de imprensa, que, em vez de comover a comunidade internacional em favor da Coreia, como originalmente intencionado, foi de alguma maneira útil para que o Governador Geral residente removesse o rei Kojong de cena. Em julho, Kojong abdicou e seu filho Sunjong assumiu nominalmente o trono. A primeira tarefa do novo rei foi então assinar um acordo, pelo qual os indicados para todos os ministérios do governo seriam ministros japoneses. Contudo, o Governador Geral Ito subestimou a antipatia popular em relação ao protetorado japonês, que se intensificou no ano seguinte. Em 1908, então, o exército japonês executou mais de onze mil membros da resistência (KIM, 2005).

Sentindo-se impotentes e isolados internacionalmente, alguns coreanos recorreram ao terrorismo: em maio de 1908, dois coreanos patriotas, exilados nos EUA, balearam Durham White Stevens, antigo conselheiro diplomático do ministro japonês das Relações Exteriores, durante o regime *Kabo* [na Coreia], enquanto estava no caminho para Washington, D.C., defender a posição japonesa na Coreia. Depois, em 1909, como última missão diplomática antes de renunciar, o Governador Geral Ito foi enviado à Manchúria para discutir com o ministro das finanças russo, Vladimir Kokovsoff, a anexação da Coreia pelo Japão. “Na estação de trem onde Kokovsoff esperava para recebê-lo, um coreano patriota na multidão, An Chunggun, atirou e matou Ito”.

A motivação do assassinato era “despertar o mundo para a luta da Coreia por independência” (KIM, 2005). Pelo contrário, o Japão passou a ter a simpatia internacional em

⁵⁵ “*The security of life and property assured by the presence of troops and police as well as by the separation of the judiciary from the executive, and the sense that private property would not be taken away by the officials in an arbitrary and lawless way, have caused the Korean people to engage in their work more diligently than ever and to save their income as much as possible*”;

⁵⁶ “Tendo observado os resultados das guerras sino- e russo-japonesas, tornaram-se darwinistas sociais, crendo na sobrevivência do mais adaptado” (KIM, 2005, p. 123, tradução livre);

relação a sua atuação na Coreia e usufruiu disto para dar um passo adiante no controle sobre a península e finalmente anexá-la ao Japão. Após ocupação militar japonesa na Coreia, em 1910, o tratado de anexação foi assinado pelo ministro coreano das Relações Exteriores, Yi Wanyong e pelo novo Governador Geral, Terauchi Masatake, pondo fim à Dinastia Choson (KIM, 2005).

A partir de então, iniciou o regime militar colonial. “O povo coreano deve escolher, ou submeter-se à nossa lei ou enfrentar a morte” é a frase, do primeiro Governador Geral da Coreia depois da anexação, que resume a rigidez do regime militar. Não foi possível convencer politicamente a sociedade coreana, que se considerava superior ao Japão na ordem mundial anterior. Semelhantemente ao colonialismo praticado pelas metrópoles europeias nos últimos séculos, Japão estabeleceu uma estrutura de pacto colonial (colônia fornece matéria prima para a metrópole que fornece de volta produtos manufaturados). Além disso havia desigualdade na tributação entre empresas coreanas e empresas japonesas, que evidentemente eram favorecidas em detrimento das primeiras.

Na educação, foi promulgado um decreto, em 1911, que desencorajava a educação superior aos coreanos, mas por outro lado encorajava o aprendizado do idioma japonês⁵⁷; aumentou o número de escolas públicas (pró-Japão) e reduziu o de privadas (nacionalistas). As liberdades políticas (liberdade de expressão, de imprensa e de reunião) foram cerceadas. Mas a religiosa era garantida, uma vez que os japoneses viam na proteção dos missionários cristãos a oportunidade de preservar a imagem internacional do Japão, embora o governo apoiasse o Budismo (praticado pela maioria dos japoneses (KIM, 2005).

Enquanto isso, o mundo transformava-se com os eventos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Bolchevique na Rússia (1917). Vladimir Lênin, líder do movimento comunista russo, em 1917, propagou o “princípio de autodeterminação dos povos oprimidos”, porém não alcançou imediatamente a Coreia. Em 1918, o Partido da Juventude da Nova Coreia, então exilado em Shangai, lançou mão da tentativa de enviar uma petição pela independência coreana para a Conferência da Paz em Paris, que aconteceria em janeiro de 1919. Ao mesmo tempo, a comunidade coreana na América do Norte envia uma delegação de três homens também para a Conferência de Paris. Ambas tentativas falhas em suscitar interesse ocidental na causa coreana (KIM, 2005).

Ecoando o princípio de Lênin, neste ilustre evento internacional, o então presidente dos EUA, Woodrow Wilson, chama os povos oprimidos de todos os lugares à autodeterminação, mais uma vez dando esperança aos nacionalistas coreanos. Na sequência, movimentos

⁵⁷ Ao passo que suprimia o idioma coreano e o hangul (*Ibd.*, p. 12);

nacionalistas foram organizados entre estudantes coreanos jovens, que formaram o Partido da Independência da Juventude Coreana em fevereiro de 1919. Bem como entre muitos intelectuais na Coreia, que iniciaram uma campanha nacionalmente pela independência, aderida por líderes cristãos coreanos. Em 1º de março de 1919, então, foi recitada a Declaração Coreana de Independência, cujas retórica e perspicácia apresentam-se singulares, como pode ser visto no trecho abaixo (KIM, 2005, p. 128):

Nós viemos por meio desta declarar a Coreia como um Estado independente e seu povo como livre. Isso declaramos a todas as nações do mundo a fim de esclarecer a Estreiteza da igualdade humana. Isso declaramos aos nossos descendentes que possam usufruir seu direito intrínseco ao auto respeito nacional. Ao passo que declaramos isso com a precedência de uma história de cinco mil anos, ao passo que proclamamos isso com a fidelidade de vinte milhões de pessoas, enquanto afirmamos isso para a eterna liberdade da nação, enquanto submetemos isso em acordo com a atmosfera da reforma global através da manifestação da consciência humana, eis a solene ordem do céu, a maré da nossa idade e um justo ato do direito da humanidade à coexistência. Nada nesse mundo ousa o obstruir! (tradução livre)⁵⁸

A retaliação japonesa foi forte e violenta. Com espadas e rifles, em poucas semanas, o exército japonês eliminou cerca de 7.500 pessoas, feriu 15 mil, torturou mais de 46 mil e queimou 715 casas, 47 igrejas e duas escolas. Tais violações dos direitos humanos, porém, não chamaram a atenção da comunidade internacional, que aparentemente fechou os olhos para não criticar um antigo **aliado** durante a Primeira Guerra Mundial (KIM, 2005).

Ainda que não tenha alcançado o objetivo da independência, a repercussão do movimento de março foi tal que forçou o abrandamento do regime militar japonês. Em 1920, o governo tomou medidas favoráveis aos coreanos que cessaram a intimidação militar e adotou-se o cunho cultural na política colonial. Além disso, a discriminação salarial entre coreanos e japoneses diminuiu, os anos de escolaridade foram estendidos, foi permitida a circulação de jornais diários no idioma coreano e feito um esforço em respeito às tradições e religião coreanas. Conquanto, com essas medidas, a intenção japonesa era manter disciplina, ordem social e eficiência econômica, os coreanos buscaram evocar espírito nacionalista entre as pessoas. À medida que expandia o número de escolas públicas, o Governador Geral limitava as escolas privadas; a história coreana ensinada era distorcida para levar à crença da Coreia sempre ter sido dependente de poderes externos; a primeira universidade na Coreia, estabelecida em Seoul,

⁵⁸ “We hereby declare Korea as an independent state and its people as free. This we declare to all the nations of the world in order to make clear the Tightness of human equality. This we declare to our descendants that they may cherish their intrinsic right to national self-respect. Whereas we declare this with the precedence of a five-thousand-year history, whereas we proclaim this with the allegiance of twenty million people, whereas we affirm this for the everlasting freedom of the nation, whereas we submit this in accordance with the atmosphere of global reform through the manifestation of the human conscience, it is thus the solemn order of heaven, the tide of our age, and a just act of mankind's right to coexist. Nothing in this world dares to obstruct it!”. Cf. a declaração completa no apêndice desta monografia;

em 1924, primariamente para estudantes japoneses, abria apenas um terço de suas vagas aos coreanos. Não obstante, ainda havia nacionalistas que, influenciados pelo protestantismo, buscavam transformação evolucionária no interior do sistema colonial, por meio da reconstrução moral e da educação das elites (KIM, 2005).

A ideologia comunista teve sucesso entre os coreanos. Em 1918, foram fundados dois partidos comunistas coreanos, ambos externos, em Khabarovsk (província marítima russa) e na Sibéria. Após anos disputando poder e favor do Comunismo Internacional (Comintern)⁵⁹, unificaram-se, juntamente aos grupos de coreanos comunistas em Tóquio e Shangai, para fundar um partido comunista doméstico, em 1925. Porém a dominação capitalista do Japão suprimiu as forças comunistas até o fim do colonialismo, em 1945. Ainda assim, intelectualmente, cresceu o número de adeptos do pensamento marxista e leninista entre os trabalhadores e artistas coreanos (KIM, 2005).

Em 1929, a reação do Japão ao impacto do pânico econômico causado pelo choque da bolsa em Wall Street⁶⁰ foi intensificar seu fascismo militar e invadir a China. Nos anos 1930, limpou as forças chinesas e os guerrilheiros coreanos na Manchúria. Além disso, foram promovidas as indústrias metalúrgica, química e têxtil na Coreia, em suporte à expansão imperialista japonesa. Embora fosse um *boom* industrial (economicamente positivo), os japoneses beneficiavam-se de monopólios e baixíssimos salários dos coreanos.

Em 1937, tomou lugar outra guerra sino-japonesa que terminou na conquista, pelo Japão, de grande parte do norte chinês, por meio de massacre de centenas de milhares de pessoas. Na Manchúria, um grupo guerrilheiro vinculado ao Partido Comunista Chinês foi formado, ao qual juntaram-se jovens coreanos. Dentro desta resistência de etnia dupla, emergiu um líder coreano, conhecido como Kim Il Sung⁶¹, cujo principal feito foi a condução de um ataque, bem-sucedido, a policiais japoneses e coreanos pró-Japão na cidade de Poch'onbo, na fronteira nordeste coreana, em 1937⁶². Depois, em 1941, acredita-se, Kim e seus seguidores retiraram-se à Khabarovsk para receber proteção e treinamento pelo exército vermelho soviético (KIM, 2005).

De 1936 a 1945, é estabelecido um regime totalitário sem precedentes sobre a península

⁵⁹ Organização pela qual a União Soviética (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS) defendia o anti-imperialismo e apoiava, com recursos financeiros, militares e humanos, os movimentos de luta por independência nas colônias (Ibd., p. 133);

⁶⁰ A Crise de 1929 foi a quebra da bolsa de valores dos EUA, evento que teve reflexos recessivos na economia por todo o globo;

⁶¹ Mais tarde, Kim Il Sung tornou-se líder da Coreia do Norte, de 1948 a 1994 (Ibd., p. 136);

⁶² Atualmente, na Coreia do Norte, a Batalha de Poch'onbo, juntamente às suas outras campanhas contra as tropas japonesas, é politicamente louvada como um símbolo da luta pela independência de Kim (Ibd., p. 136, tradução livre);

coreana, pelas mãos do novo Governador Geral Minami Jiro. Sua estratégia colonial passa a ser de total assimilação da sociedade coreana ao Japão, ou seja, eliminar a identidade coreana, desafiando suas tradições e religião. As implicações foram as seguintes: extinção dos jornais coreanos; repressão do idioma coreano e obrigatoriedade do idioma japonês; adoração forçada ao trono de deuses-heróis japoneses, adoção de sobrenomes japoneses; recrutamento militar obrigatório (para lutar na Segunda Guerra Mundial pelo Japão); trabalho forçado (inclusive mulheres coreanas em serviços sexuais para as tropas japonesas); as crianças nas escolas eram obrigadas a fazer juramento diário de lealdade ao imperador japonês⁶³; perseguição política, aos líderes comunistas, e religiosa, aos líderes presbiterianos; tudo somado à forte e constante repressão militar e prática de penas desumanas em caso de desobediência (privação de necessidades básicas, como comida, educação e, até mesmo, serviços de correio) (KIM, 2005).

Finalmente, em 15 de agosto de 1945, três meses depois da rendição da Alemanha, findando a Segunda Guerra Mundial, chega ao fim o colonialismo japonês na Coreia. Após render-se, o Japão foi obrigado a abdicar do controle de suas colônias (Coreia e Manchúria). A Manchúria retornou à China e a península coreana foi dividida, no paralelo 38, entre URSS (parte norte) e EUA (parte sul) (KIM, 2005).

2.3. Paralelo 38

O vácuo de poder então permitiu a ascensão do partido comunista à liderança da nação, que, sabendo ser próxima a chegada das tropas estadunidenses, agilizou a fundação da República Popular Coreana – ainda envolvendo a totalidade do território da península. Porém, aos olhos ocidentais, a Coreia não era capaz de autogovernar-se, devido à imagem passada pelo Japão, cuja intenção era legitimizar seu domínio sobre a Coreia. Nos primeiros dias de agosto, foi proposto pelos EUA, e acordado, sem muita consideração, entre Truman (EUA), Churchill (Grã-Bretanha) e Stalin (URSS), a divisão da península no paralelo 38, entre EUA e URSS. (KIM, 2005).

A verdade é que, à essa altura, o estado das coisas na península inteira não era promissor:

as produções agrícola e industrial estavam consideravelmente abaixo dos níveis pré-guerra e grande parte dos equipamentos e da estrutura de plantio mal funcionava. A inflação atingiu dígitos triplos. O número de desempregados aumentou muito devido ao retorno de 500 mil refugiados de outras partes do império japonês. Crime e gangues surgiram.” (NOLAND, 2011, p. 2, tradução livre)⁶⁴.

⁶³ "Nós somos leais súditos do Grande Império Japonês... Nós juramos sincera fidelidade ao imperador." (Ibd., p. 137);

⁶⁴ "agricultural and industrial production were well below pre-war levels and much of the physical plant and

Na sequência, tanto a ocupação soviética quanto a estadunidense não foram bem recebidas pelos coreanos. Enquanto o exército soviético declarava-se libertador da dominação japonesa, não tinham credibilidade por já ter pilhado cidades do nordeste da península. Do outro lado, o General Douglas MacArthur, Comandante das Forças Armadas dos EUA, no Pacífico, proferiu um discurso, em 7 de setembro de 1945, estabelecendo controle militar sobre a porção sul da península coreana, inglês como idioma oficial e declarando penas severas em caso de resistência.

Josef Stalin, chefe soviético, eliminando as outras lideranças comunistas presentes na Coreia, escolheu Kim Il Sung para liderar a Coreia do Norte, que passaria a ser governada como Frente da URSS no Extremo Oriente. No Sul, ainda sob influência da imagem de uma Coreia incapaz e desordenada, o General John R. Hodge, apontado comandante das forças armadas dos EUA na Coreia, em rejeição ao governo da República Popular da Coreia, fez com que se desmembrasse o grupo organizado pela independência coreana no exterior, bem como que retornassem individualmente ao seu país (KIM, 2005).

Embora originalmente, o objetivo estabelecido na Conferência de Moscou de dezembro de 1945 fora que EUA e URSS compartilhassem o poder sobre a península coreana e trabalhassem para construir uma base democrática na Coreia e esta fosse plenamente independente, a prática mostrou-se bastante diferente. Ao Norte, em 1946, Kim Il Sung rapidamente implementou o modelo socialista soviético autoritário, já colocando em prática estatização das principais indústrias e confisco de terras, que causou intenso movimento emigratório para o Sul. Em resposta, em 1947, as autoridades militares estadunidenses transferiram a administração a um governo interino sul-coreano – aderente à Doutrina Truman de impedir qualquer levante comunista. Depois de junho de 1949, não mais havia soviéticos no Norte, nem de estadunidenses no Sul (KIM, 2005).

Na Coreia do Sul, os líderes comunistas do Partido dos Trabalhadores Coreano rejeitavam as tentativas de democratização dos EUA e realizavam guerrilhas contra o governo sul-coreano. A medida tomada para apaziguar a região, embora controversa, foi recontratar colaboradores do exército colonial japonês. Porém, um ano após a retirada dos militares dos EUA, a Coreia do Norte invadiu o Sul, iniciando um conflito que durou mais de três anos, com apoio extraoficial da URSS e da China comunista de Mao Zedong. A reação dos EUA,

equipment barely functioning. Inflation hit triple digits. The ranks of the unemployed were swelled by the return of 500,000 refugees from other parts of the Japanese empire. Crime and gang activity surged. Levels of human capital and per capita income were higher in the North, which predominated in industry, mining, and power generation, as compared to the South which was largely agricultural”;

juntamente com outros Estados membros da ONU, veio uma semana mais tarde, limitando, porém, o conflito ao território da península, visto que não era intenção nem de Stalin, nem de Truman iniciar uma terceira guerra mundial. As negociações de paz iniciaram em julho de 1951, porém o armistício foi assinado dois anos depois, em 27 de julho de 1953. A Guerra da Coreia, além de devastar a península, deixou um saldo de centenas de milhares de mortes, feridos, desaparecidos e deslocados (KIM, 2005).

O governo da República da Coreia (Coreia do Sul) passou para Syngman Rhee: antes um líder carismático, bom diplomata, praticante da ética cristã, a favor da democracia e da liberdade de mercado, agora desenvolvera-se num ditador que foi capaz de manipular eleições e coagir os cidadãos para manter-se no poder. Não obstante, uma das primeiras realizações do governo de Syngman Rhee, na década de 1950, imediatamente após a guerra, foi uma reforma fundiária. Segundo afirmam Kwon e Yi (2008), a reforma, bem-sucedida, foi capaz de desfazer a classe, historicamente poderosa, de proprietários de terra, redistribuindo as terras àqueles que de fato a cultivariam e transformando estruturalmente a relação Estado-sociedade. Em segundo lugar, Rhee elegeu a educação como segundo item mais importante no orçamento, depois de defesa.

Após renunciar, em 1960, Rhee exilou-se no Havaí e uma assembleia nacional sul-coreana foi reunida e estabelecida uma nova constituição que estipulava um sistema político parlamentar bicameral. O parlamento então elegeu Chang Myon como primeiro ministro (1960-61), que planejou modernizar a economia para restaurá-la. Porém sofreu muita resistência por parte de estudantes, professores, sindicatos e outros grupos de interesse social, cujo empenho era em favor da reunificação com o Norte. Em 1961, General Park Chung Hee lidera um golpe de Estado e assume o poder (KIM, 2005).

O golpe foi organizado e executado, em 16 de maio de 1961, pelos militares do Exército Nacional, com apoio dos EUA. Teve os seguintes seis princípios: “anticomunismo, fortes laços com os EUA, eliminação da corrupção, reconstrução econômica, competição com a Coreia do Norte, e o retorno aos deveres depois de completa a alegada missão” (KIM, 2005, p. 161, tradução livre). Em seguida, a junta militar declarou lei marcial, dissolveu a Assembleia Nacional, suspendeu a autoridade da constituição, baniu toda e qualquer atividade política, concedeu cargos de governo a militares, assumiu poder investigativo e tomou o controle total da informação circulada nacional e internacionalmente.

O princípio do anticomunismo já trazia em si a ideia de cerceamento das liberdades políticas, que se concretizou na prisão de milhares de políticos e intelectuais de esquerda. O

apoio dos EUA veio sob a condição de que os militares devolvessem o governo ao controle civil, portanto, para honrar este compromisso, em 1962, os militares que ocuparam os cargos administrativos desfardaram-se e providenciaram eleições presidenciais devidamente controladas, cujo resultado foi a eleição do General Park Chung Hee para presidente, retomando as atividades políticas em 1963. Além disso, foi lançado o primeiro Plano de Cinco Anos de Desenvolvimento Econômico – 1962-66 (KIM, 2005).

Sob o lema “economia agora, democracia depois”, o General Park visava a modernização econômica da República da Coreia, até então predominantemente agrícola, por meio de uma orientação para a eficiência. Inspirado no modelo de industrialização japonês orientado para exportação, o general buscou capital, através da reconciliação com o Japão (compensação pelo regime colonial e empréstimos) e da parceria com EUA na Guerra do Vietnã (1965-1973), para investir na indústria, principalmente na química e noutras indústrias pesadas, e lançar o segundo Plano de Cinco Anos de Desenvolvimento Econômico – 1967-71. Mesmo sendo um governo autoritário, o crescimento econômico alcançado garantiu a reeleição do general em 1967 (KIM, 2005).

Não obstante, juntamente às políticas industriais, o general realizou uma reforma na educação: expandiu largamente a oferta em todos os níveis de escolaridade e universalizou o ensino básico. A maior oferta de ensino superior, especialmente, significou aumento de pessoal qualificado (por exemplo, nas áreas de engenharia, administração e comércio), o que contribuiu para o avanço tecnológico da indústria (PILLAY, 2010).

As políticas industriais e econômicas implementadas por Park transformaram a Coreia do Sul numa economia moderna com industriais aventureiros e eficiência burocrática. Os grupos industriais, conhecidos como *chaebols*⁶⁵, criaram fortes laços com este governo que tanto os apoiava. Por isso, financiado pelos *chaebols*, o general alcançou mais uma reeleição em 1971. Nos anos 1970, respondendo à hostilidade norte-coreana, Park declara novamente lei marcial, suspende a constituição e cria uma nova constituição, *Yusin* (Revitalização), que reprimia ainda mais aqueles que protestavam contra seu regime autocrático por meio dos Decretos Emergenciais. Ainda que sob protestos contra seu autoritarismo, o General Park Chung Hee ficou no poder até 1979, ano em que foi assassinado pelo chefe da Agência Central de Inteligência Coreana, Kim Chaegyu (KIM, 2005).

A investigação da morte do General Park trouxe proeminência ao Major General Chun Doo Hwan, chefe do Comando de Segurança e Defesa, como um forte líder dentre a nova

⁶⁵ “Um *chaebol* é um grande conglomerado capitalista, normalmente controlado por uma ‘nica família com interesses numa variedade de empresas” (KWON, 2005, p. 6);

geração de militares. Apesar da Constituição ter passado automaticamente a presidência para o então Primeiro Ministro Choi Kyu-hah, o General Chun aproveitou o vácuo de poder aberto e operou novo golpe de Estado, ajudado por seu amigo próximo Roh Tae Woo, em dezembro de 1979.

A população, que usufruía agora de melhor qualidade de vida (pelo enriquecimento da economia), muito protestou por democratização, porém sem sucesso e suprimida militarmente. Todavia, em 1981, os protestos alcançaram uma flexibilização das políticas de toque de recolher e de segurança, e liberou viagens internacionais, além de convidar os jogos olímpicos de verão. Além do mais, o crescimento econômico manteve-se, desfrutando agora dos retornos dos investimentos industriais de Park e alavancando as exportações – especialmente de automóveis e eletrodomésticos (KIM, 2005).

Em meados dos anos 1980, os protestos por eleições presidenciais por voto popular intensificaram, tendo apoio não só das massas, mas também das elites quando da morte de um estudante manifestante torturado pelos militares. Até que, em 29 de junho de 1987, o presidente Chun rendeu-se às pressões populares e foram organizadas eleições presidenciais cinco meses depois. Ainda assim, Roh Tae Woo venceu os dois candidatos civis, que dividiram os votos da oposição, mas que se aliaram a Roh a fim de garantir maioria na Assembleia Nacional.

Os jogos Olímpicos de 1988, realizados em Seoul, serviram de vitrine da modernização e do crescimento econômico sul-coreano para a comunidade internacional. Além disso, iniciativas diplomáticas foram tomadas em direção à Coreia do Norte, ao bloco soviético e, mais tarde, à China, em 1992. O mandato de Roh seguiu seu curso natural, a Guerra Fria chegou ao fim, derrubando muros por todo o mundo. Em 1992, foi eleito Kim Young Sam, o primeiro presidente civil em 32 anos, que liberalizou a economia sul-coreana congruentemente à globalização (KIM, 2005). A República da Coreia foi admitida, em 1996, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com renda per capita em pé de igualdade à de países europeus.

Ao Norte, Kim Il Sung foi capaz de fundar um governo totalmente centrado nele mesmo, incluindo o culto a sua pessoa. Além de elaborar uma constituição extremamente centralizadora, Kim reescreveu a história da Coreia comunista, exaltando os feitos seus e de seus antepassados, para que fosse ensinada nas escolas⁶⁶ (KIM, 2005).

⁶⁶ “O Partido Comunista Coreano ocupado por burgueses mesquinhos intelectuais foi fundado em 1925. No entanto, engajados incessantemente em contendas de facções, o Partido fracassou em enraizar-se nas massas, tornaram-se presa para as autoridades coloniais japonesas opressivas, e finalmente foi dissolvido em 1928. Enquanto os oportunistas desertaram o movimento, um novo grupo de comunistas sob liderança do Camarada Kim

Em relação aos dois gigantes do mundo comunista, URSS e China, manteve-se neutro. Seu objetivo era aprimorar a organização política e a produtividade econômica da Coreia do Norte através de sua orientação direta. Por meio de planejamentos direcionados, alcançou resultados de crescimento econômico, nos primeiros anos (décadas de 1950 e 1960). Em 1965, Kim estabeleceu a filosofia *juche*, que implicava na **autoconfiança**, **autossuficiência** econômica e **autodefesa** da Coreia do Norte. A política de isolamento do Norte em relação ao mundo, porém, levou à estagnação durante a década de 1970, com a taxa de crescimento de cerca de dois por cento ao ano, comparada aos dez por cento do Sul: “atormentada pela falta de inovação tecnológica, uma diminuição da ajuda externa, inatividade comercial e deficiências em energia e petróleo bruto” (KIM, 2005, p. 170, tradução livre)⁶⁷.

Em 1968, soldados norte-coreanos invadiram a Coreia do Sul, a fim de penetrar Seoul e matar o General Park Chung Hee, sob o discurso contra o autoritarismo do general. Em 1971, partiu de Kim Il Sung uma iniciativa de reunificação da península coreana, aparentemente apoiada por Park. Porém um acordo assinado em secreto pelo chefe do Partido Coreano dos Trabalhadores, pelo Norte, e pelo chefe da Agência Central de Inteligência Coreana, pelo Sul, causou repercussão oposta revelada em aumento do distanciamento entre os dois sistemas, ao afirmar o poder de cada um dos governantes.

Na década de 1970, Kim Jong Il, filho de Kim Il Sung, já com trinta anos, emergiu como forte líder e herdeiro promissor do controle da Coreia do Norte. Propagava a continuidade do método de governo de seu pai e foi confirmada a sucessão de pai para filho em 1980. A ruína do bloco soviético em 1989 desencadeou grande luta por sobrevivência por parte da Coreia do Norte. O país que, apesar de sua filosofia de autossuficiência, dependia totalmente do suprimento de petróleo da URSS e de comida da China, agora precisaria, sem poder, pagar por estes recursos básicos. Então, a estratégia encontrada para encarar este problema foi engajar-se na produção de armas nucleares, retirando-se eventualmente do Tratado de Não-Proliferação

Il Sung emergiu. Pela primeira vez, uma correta linha revolucionária com os princípios marxista-leninistas sendo criativamente aplicada às práticas e necessidades concretas da revolução coreana foi estabelecida. Sob o Camarada Kim, a luta pela liberação nacional contra os japoneses foi aprimorada a um nível maior de luta armada. Começando a partir do outono de 1938 a março de 1940, as forças revolucionárias coreanas debaixo do comando do Marechal Kim Il Sung impuseram severas baixas no exército japonês; porém, àquela altura, os imperialistas mobilizaram uma campanha militar em grande escala a fim de exterminar-nos. Apesar de nossas inexprimíveis dificuldades, as forças revolucionárias coreanas precisavam marchar e lutar para fugir do cerco inimigo através de montanhas nevadas e densas florestas. Mesmo assim, nos desempenhamos uma Longa Marcha de vinte mil li (oitenta mil quilômetros) para o nosso excepcional líder Marechal Kim Il Sung. Numa área de Floresta, Kim ensinou aos grupos uma análise brilhante e detalhada da situação local, regional e internacional.” (KIM, 2005, 162-163, tradução livre);

⁶⁷ “*plagued by a lack of technological innovation, a decrease in foreign aid, trade inactiveness, and energy and crude-oil deficiencies*”;

Nuclear (TNP), causando tensões na comunidade internacional (KIM, 2005).

Embora sempre tenha havido, em alguma medida, a intenção da reunificação do Norte e do Sul da península coreana, ambos os governos falharam no diálogo e foram incapazes de se aproximarem. Até os anos 1990, hostilidades, rejeição e até atos de terrorismo eram trocados entre os dois lados, aumentando a distância entre eles (KIM, 2005). Cada lado da península seguiu uma diferente trajetória institucional, o que resultou na grande diferença atual entre os dois. Por um lado, o Sul, sob a tutela dos EUA, buscou modernização política e econômica, através de industrialização, avanço tecnológico e, mais tarde, democratização; por outro, o Norte centralizou o poder nas mãos de um único indivíduo cujas decisões políticas não favoreceram o desenvolvimento.

Em vista disso, este trabalho tem como foco apenas a trajetória de desenvolvimento da parte sul da península coreana. As estatísticas e os indicadores do desenvolvimento serão analisados no capítulo seguinte, bem como a evolução das instituições durante o processo.

3 COREIA DO SUL, DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES

Depois da divisão no paralelo 38, cada parte da península coreana seguiu um caminho institucional diferente. A Coreia do Norte aliou-se ao bloco comunista durante a Guerra Fria e mantém ainda esse regime; a Coreia do Sul, por outro lado, buscou modernização econômica em concordância com o mundo capitalista. A primeira, apesar de ter alcançado algum crescimento econômico nos primeiros anos após a Guerra da Coreia, está estagnada desde a década de 1980; apresenta indicadores de desenvolvimento negativos, inclusive de necessidades básicas, como a fome. A última, por meio de políticas de incentivo à industrialização e à educação, logrou alcançar capacidade tecnológica de economias desenvolvidas, bem como ganhos de produtividade e de qualidade de vida.

Diante disso, argumenta-se aqui a maior relevância no estudo da trajetória do desenvolvimento sul-coreano, em relação ao da Coreia do Norte. Inspirou-se nas seguintes razões: a Coreia do Sul (i) tem sido frequentemente referenciada como país que conseguiu “romper o limiar do subdesenvolvimento”; (ii) é também um exemplo onde o Estado tomou medidas acertadas que pavimentaram o caminho para o desenvolvimento; (iii) os sul-coreanos demonstraram capacidade de superar seus obstáculos e avançar em direção ao desenvolvimento e, mais importante, (iv) a transformação institucional alcançada, tanto econômica, como política e nas demais esferas.

A seguir, na seção 3.1, serão levantados dados que sugerem o desenvolvimento da República da Coreia, no período de 1960 a 1996. Considerando a definição de Amartya Sen, pautar-se-á nos pilares que compõem o IDH – saúde, educação e renda. E, na seção 3.2, será feita uma análise por meio dessas evidências, baseada na perspectiva de desenvolvimento, de Sen, e das instituições, de North, Acemoglu e Robinson.

3.1 Evidências do Desenvolvimento da Coreia do Sul

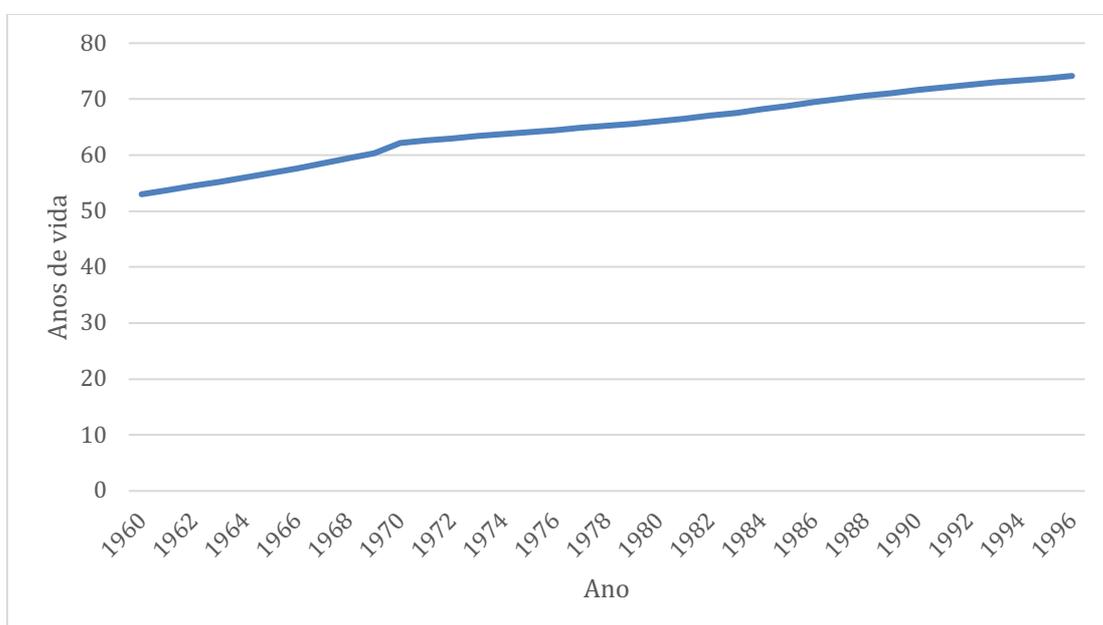
A Coreia do Sul, como já foi dito, é um exemplo de país que, outrora em desenvolvimento, alcançou rapidamente o *status* de desenvolvida, em pleno século XX – quando o mundo estava dividido ideologicamente e era muito clara a separação entre países ricos e pobres. Ao olhar a evolução no período, nota-se indícios de que, apesar dos entraves do autoritarismo, o país foi capaz de encontrar o caminho para o desenvolvimento.

Em 1990, foi desenvolvido, no âmbito da ONU, o Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH) por Mahbub ul Haq, baseado nas ideias de Amartya Sen, como já mencionado no primeiro capítulo. O índice é composto por três pilares – saúde, educação e renda, com a intenção de ser uma medida abrangente de desenvolvimento (UNDP, 1990). Pode-se dizer que o IDH representa a concepção de Sen, ao expandir a compreensão de desenvolvimento para outras esferas, além da econômica. Portanto, é analisado a seguir o desempenho da Coreia do Sul nos aspectos considerados no IDH – entre 1960 e 1996.

Primeiro, o pilar da saúde visa uma vida longa e saudável e está ancorado na média, em anos, da expectativa de vida à nascença. O gráfico 1 destaca o crescimento da expectativa de vida média no período em questão, em mais de vinte anos, de 53 a 74 anos.

Gráfico 1 – Expectativa de Anos de Vida à Nascença 1960-1996



Fonte: data.worldbank.org

O nível de educação considerado pelo IDH é calculado com base na média de anos que as pessoas dedicam na sua educação. A tabela 1 mostra a expansão do acesso à educação, no aumento de estudantes matriculados, em cerca de 50%, e na média de anos escolares, que dobrou, ao longo do período analisado.

Tabela 1 – Número de estudantes matriculados e média de anos escolares

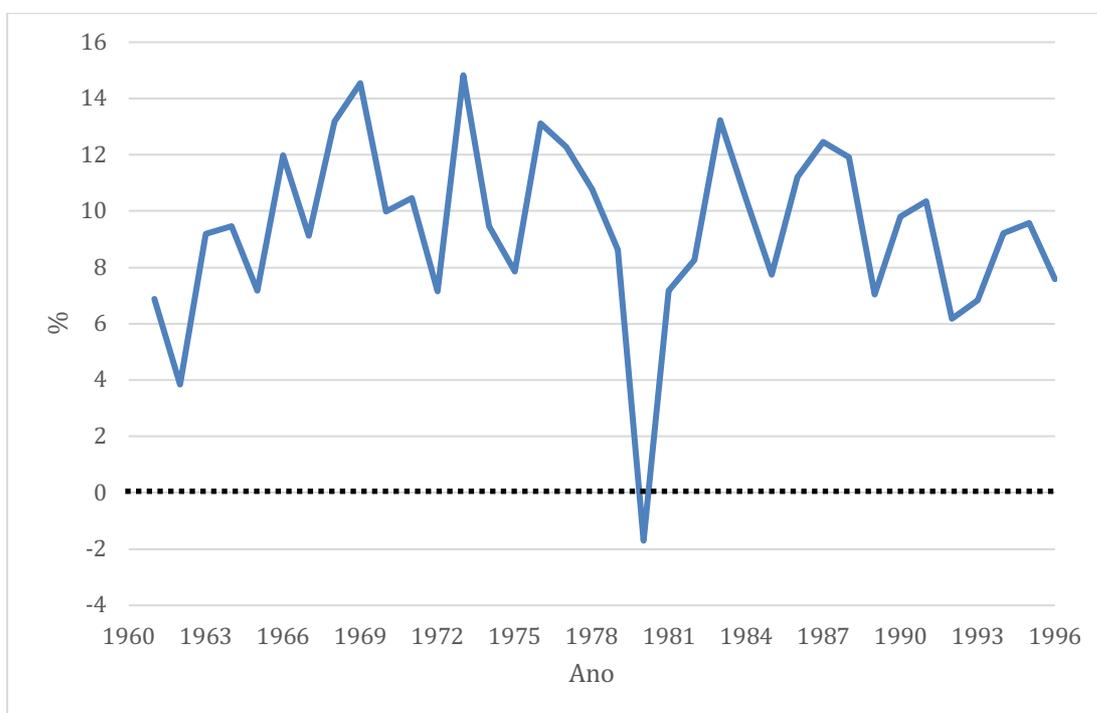
	1966	1972	1981	1987	1993
Total estudantes (1000)	6.619	8.492	10.529	10.678	9.925
Média Anos Escolares	5.0	6.1	7.8	9.0	10.1

Fonte: ADELMAN, 1997, p. 536.

Em terceiro lugar, é salientado o crescimento econômico alcançado, entre 1960 e 1996, a uma taxa média acima de 7% ao ano, como indica o gráfico 2. O General Park encabeçou o

golpe militar com o objetivo claro de modernizar a economia, cuja implicação era afastar-se da Coreia do Norte e do comunismo e aproximar-se dos EUA. A estratégia inicialmente adotada de industrialização por substituição de importações, para estimular a indústria doméstica, foi bem-sucedida em absorver a mão-de-obra e elevar o nível de emprego – em 10%, segundo Kwon e Yi (2008). A posterior reorientação para o modelo de desenvolvimento *export-led*, indo ao encontro da intensificação do comércio internacional, foi importante para a capitalização e manutenção do crescimento do produto interno. Em 1980, observa-se no gráfico, uma taxa negativa de 1.7% em razão do aumento do preço do petróleo de 1979 e da consequente guinada inflacionária. Porém o cenário foi revertido tão logo no ano seguinte por meio de medidas de ajustes estruturais, como será discutido na próxima seção.

Gráfico 2 – Taxa de Crescimento do PIB da República da Coreia 1960-1996 (%)



Fonte: data.worldbank.org

Cheon (2014) comenta a formação de uma espécie de ciclo virtuoso, em que o avanço da indústria gerou emprego; logo, quanto maior a qualificação, melhor a posição no mercado, a demanda por educação, portanto, aumentou; a distribuição de renda mais igualitária também despertou maior desejo por educação, pois entendera-se que esse seria o único caminho para ascensão social. A tabela 2 indica a redução, em mais de quarenta pontos percentuais, da taxa de pobreza nacional⁶⁸ da Coreia do Sul.

⁶⁸ Definida a partir da linha de uma renda de 120 mil *wons* por mês, numa casa em que moram quatro pessoas (ADELMAN, 1997, p. 540);

Tabela 2 – Taxa de Pobreza Nacional 1961-1993 (%)

1961	1965	1970	1980	1988	1993
48.3	40.9	23.4	9.8	9.5	7.6

Fonte: ADELMAN, 1997, p. 540.

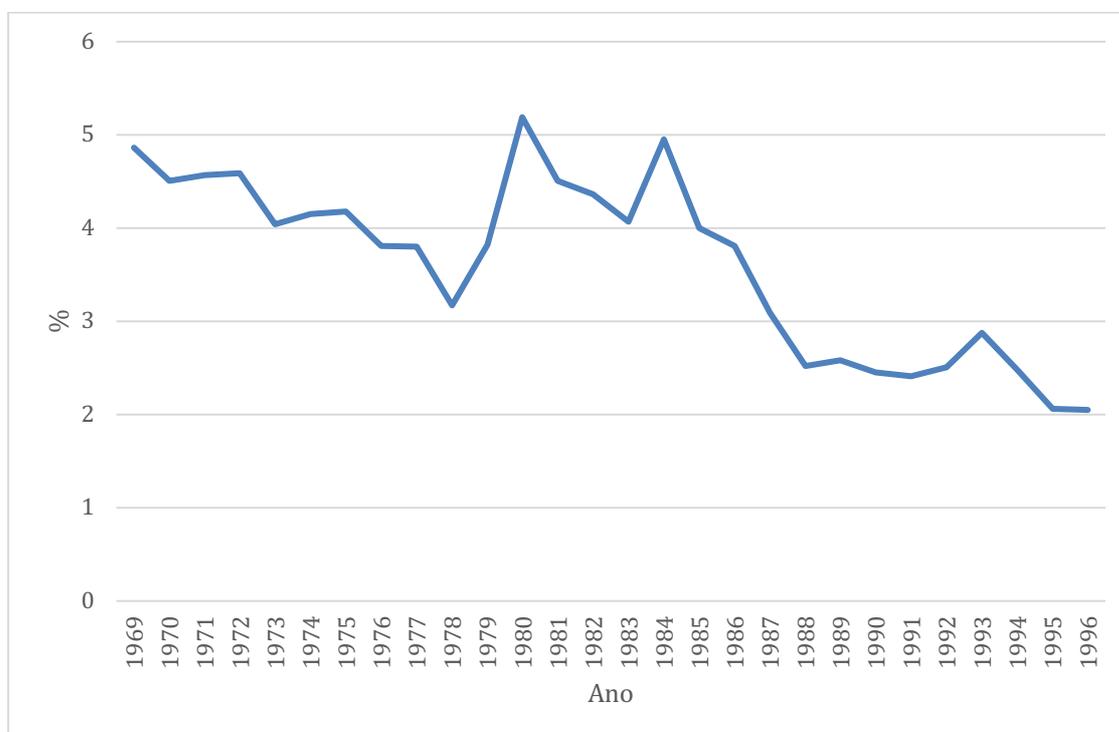
O coeficiente de Gini, indicado na figura 2, mede a desigualdade ou a concentração numa dada distribuição (UN, 2008), no caso, na distribuição de renda. Segundo Kwon e Yi (2008), o coeficiente apresentou decréscimo estável, embora já considerado relativamente baixo, durante o período de desenvolvimento da Coreia do Sul (entre as décadas de 1960 e 1990).

Tabela 3 – Coeficiente de Gini da República da Coreia

	1965	1970	1976	1982	1988	1990	1993
Gini	0.344	0.332	0.391	0.357	0.337	0.323	0.31

Fonte: KWON; YI, 2008, p. 21.

Além disso, é possível afirmar que o gráfico 3 sugere a baixa taxa de desemprego, que refletiu o sucesso das políticas desenvolvimentistas implementadas, especialmente na área da educação.

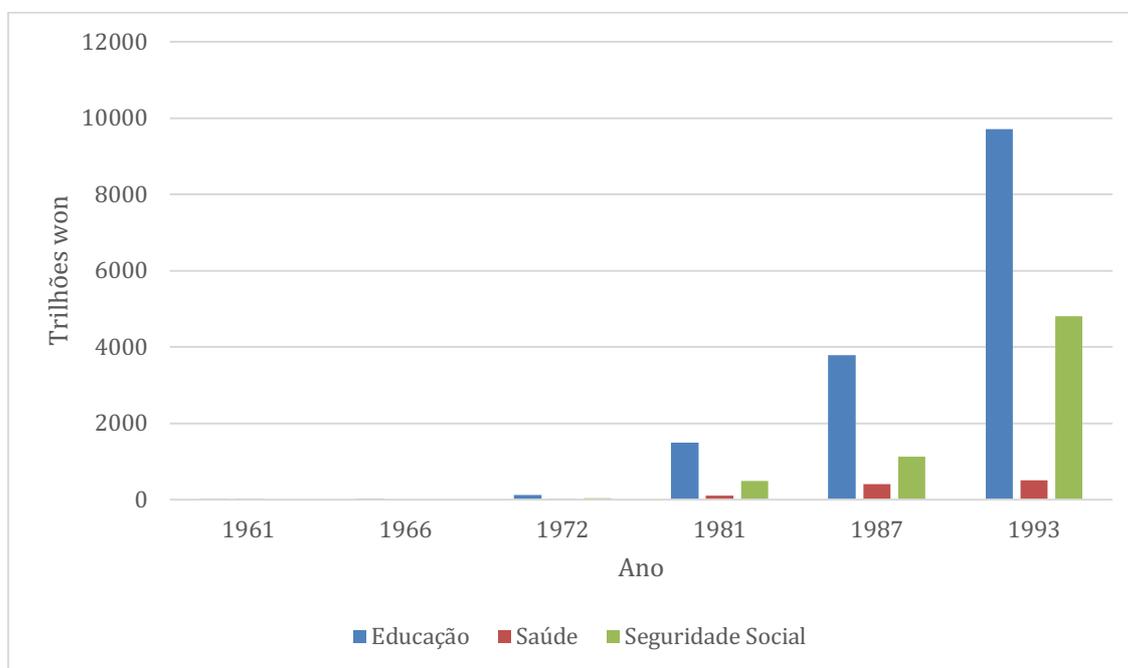
Gráfico 3 – Taxa de Desemprego (1960-1996)

Fonte: data.worldbank.org

A partir de 1988, ainda que sob a liderança de um ex-militar, o novo ambiente democrático permitiu maior voz aos sindicatos e maior alcance da seguridade social (por

exemplo, investimento público em saúde e pensões). O gráfico 4 abaixo indica o aumento dos gastos sociais do governo, destacando-se o investimento público em educação.

Gráfico 4 – Gastos Governamentais em Educação, Saúde e Seguridade Social 1961-1993 (em trilhões de won⁶⁹)

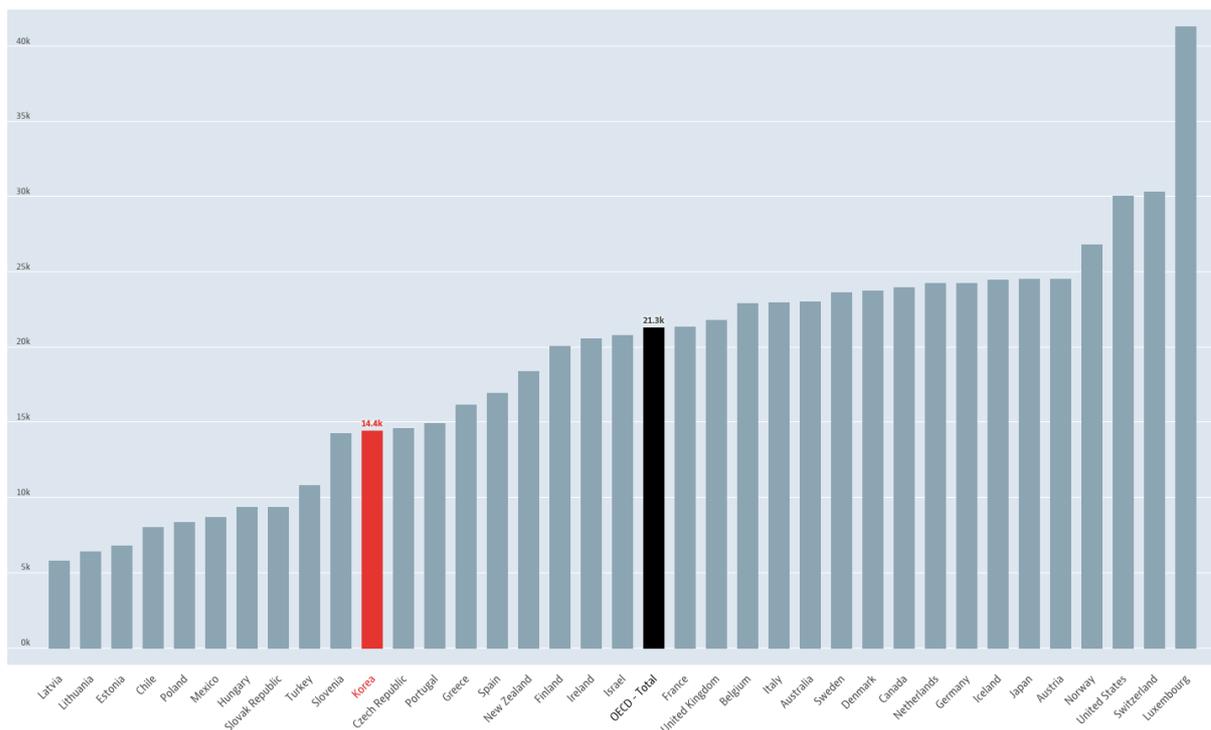


Fonte: ADELMAN, 1997, p. 538.

Em 1993, o presidente sucessor, Kim Young-Sam (1993-1998) tomou uma série de medidas liberais, como desregulamentação financeira, liberação do movimento de capitais e maior abertura comercial (LEE, 2005), buscando reorientar a economia coreana para a tecnologia e competir no mundo globalizado. No mesmo ano, o relatório do Banco Mundial já se referia à República da Coreia como “pronta para graduar-se dos *rankings* daqueles chamados “em desenvolvimento” (Banco Mundial, 1993). Em 1996, as estatísticas sul-coreanas já se comparavam àquelas de outros países desenvolvidos do globo. Porquanto, o objetivo, então, de aproximar a Coreia do Sul dos países ocidentais desenvolvidos teve desfecho de ouro com a admissão na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1996, ilustrado pelo gráfico 5.

⁶⁹ Moeda coreana;

Gráfico 5 – PIB - Coreia do Sul na OCDE 1996



A próxima seção desta monografia estuda o desenvolvimento da Coreia do Sul à luz da teoria institucionalista, a partir de North, Acemoglu e Robinson e a partir do conceito de desenvolvimento de Amartya Sen.

3.2 Desenvolvimento Sul-Coreano sob a Perspectiva Institucionalista

O vazio deixado pelo regime colonial do Japão e a destruição causada pela Guerra da Coreia formaram um vácuo industrial que fazia necessário profundas reformas econômicas para a recuperação da economia sul-coreana. Syngman Rhee, Park Chung Hee, Chun Doo Hwan foram ditadores orientados para o crescimento econômico, que, portanto, tomaram medidas nesta direção.

No conceito de desenvolvimento fornecido por Amartya Sen (1999) e discutidos no primeiro capítulo, a liberdade não só é o fim do desenvolvimento, mas também o meio. A expansão das capacitações humanas nada mais é do que a efetivação das liberdades civis, políticas e sociais, cujo resultado é a realização pessoal, ou o desenvolvimento *per se*. Diante disso, argumenta-se que os regimes autoritários levados nas décadas de 1960 até 1980, primeiro por Syngman Rhee, em seguida pelo General Park Chung Hee (1961-1979), e por último por Chun Doo-Hwan (1980-1988), não puderam alcançar o desenvolvimento. Mas, depois de efetivada a democratização das instituições políticas na Coreia do Sul, os dados mostrados na

seção 3.1 sugerem avanços nos aspectos mais importantes para o desenvolvimento, segundo Sen (1999) – na educação, na saúde e na renda.

Além disso, o militarismo sul-coreano, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, apresentou instituições extrativas, de acordo com a categorização de Acemoglu e Robinson (2012). Centralização de poder, limitação das escolhas, controle estatal do setor privado, restrição da liberdade de expressão e prática de punições a qualquer resistência ao regime, são instituições formais (legislação e regulamento) que se colocam como obstáculos ao desenvolvimento. Todavia, como esclareceram Acemoglu e Robinson (2012), isso não implica na impossibilidade de que haja crescimento, em alguma medida, durante determinado tempo. No caso da Coreia, vê-se crescimento industrial, redução da pobreza, aumento do emprego, da renda, da educação e da qualidade de vida, permitindo alcançar-se um nível de desenvolvimento.

A reforma fundiária realizada por Rhee logo após a Guerra da Coreia foi de suma importância para a reestruturação da sociedade sul-coreana, pois agora, tendo crescido a produtividade das fazendas, os fazendeiros enviavam seus filhos à escola em vez de ao campo. Logo, a reforma “não apenas redistribuiu a terra para reduzir significativamente as desigualdades na propriedade rural, mas também serviu de poderosa política social, reduzindo a pobreza e aumentando o nível educacional da população rural” (CHO, 2003 *apud* KWON; YI, 2008, p. 9)⁷⁰. Segundo Thomas, Wang e Fan (2000, p. 13), a Coreia teve a mais rápida expansão da cobertura educacional e o mais rápido declínio do coeficiente de Gini de educação, de 0.55 a 0.22, em trinta anos (1960-1990). Byun et al. (2012) informam que a taxa de analfabetismo diminuiu mais de 50% durante o período em questão. Portanto, a reforma fundiária e a expansão da educação (observada na tabela 1) formaram a base para o sucesso da estratégia de desenvolvimento que o General Park Chung Hee implementou a partir da sua tomada de poder por meio do golpe de 1961 (KWON; YI, 2008).

A intenção de crescimento econômico e erradicação da pobreza foi levada sob o regime autoritário do General Park Chung Hee, que centralizara o poder em suas mãos. Em 1971, Park logrou reformular a constituição para manter o poder e fortalecer seu controle. Porém, segundo afirmam Kwon e Yi (2008), foi a disciplina do governo sobre a indústria que permitiu a eficácia do desenvolvimentismo de Park: o governo garantia empréstimos estrangeiros, além de impor padrões de performance que implicavam em subsídios, como prêmios.

⁷⁰ “*In brief, land reform not only redistributed land to significantly reduce inequalities in landownership, but also served as a powerful social policy, lessening poverty and increasing the educational level of the rural population.*”;

Foram criados os *chaebols*, grandes conglomerados industriais liderados, cada um, por uma família, dentro da estratégia desenvolvimentista para organizar o setor privado. Esses grupos industriais receberam muitos incentivos para diversificação e avanço tecnológico – especialmente os setores das indústrias pesadas e química, por serem intensivas em capital. Em 1973, o governo anunciou um investimento total de \$9,6 bilhões em seis indústrias, entre metalúrgicas, eletrônicas e químicas (KIM; KIM, 1997).

Ainda, o caráter extrativo institucional podia ser visto na espúria relação entre políticos e líderes dos *chaebols*, que, segundo Kwon e Yi (2008), impedia de acontecerem mais reformas:

O governo concedia uma gama de favores especiais aos *chaebols*, ou grandes conglomerados de negócios. Programas de política social, como seguro de saúde e pensões públicas, eram ou contempladas ou introduzidas no contexto das indústrias pesadas e químicas. (KWON; YI, 2008, p. 6)⁷¹.

Segundo apontam Kwon e Yi (2008), o desenvolvimentismo de Park era financiado por empréstimos bancários e investimento direto estrangeiro, ou seja, baseado no crédito. Isso significa que os choques do petróleo de 1973 e 1979 e o aumento repentino do preço do petróleo induziram a economia sul-coreana a uma alta inflação, impactando “especialmente o *chaebol*, [que] possuía proporção dívida-capital próprio que os forçava [os governantes] a depender fortemente de bancos” (KWON; YI, 2008, p. 12). O inesperado assassinato de Park, em 1979, permitiu a ascensão de outro militar no poder, Chun Doo-Hwan, que impôs políticas de estabilização, reajuste estrutural nos setores industriais e controle de gastos públicos e da inflação.

As políticas contracionistas impopulares colocaram em ordem as contas da Coreia do Sul, que saltou de um ano de retração do PIB em aproximadamente 1.7%, em 1980, para uma retomada, no ano seguinte, crescendo mais de 7% (como pode ser observado no gráfico 2). Porém também despertaram a população em geral a reivindicar por democracia e maior liberdade. Em 1988, a democratização das eleições presidenciais marca a virada institucional – de instituições extrativas para instituições inclusivas – e coloca a Coreia do Sul no caminho em direção ao desenvolvimento, no seu sentido pleno.

Ademais, nesse processo de desenvolvimento, destaca-se a contribuição da cultura compartilhada pelos sul-coreanos. Considerando, na mesma direção do que afirma Lustosa (2010), do papel motriz da cultura do povo no desenvolvimento de seu país, constata-se a relação próxima entre a cultura compartilhada na Coreia do Sul e seu desempenho exemplar ao

⁷¹ “The government provided a range of special favours to the *chaebol*, 1 or large business conglomerates. Social policy programmes, such as health insurance and public pensions, were either contemplated or introduced in the context of heavy and chemical industries.”;

conseguir superar os obstáculos e “romper o limiar do subdesenvolvimento”.

Masiero (2000) disserta sobre a boa combinação entre os costumes e valores herdados do Confucionismo e a ética cristã ocidental, cuja adesão crescia desde fins do século XIX, formando uma “nova ética Confucionista” de incentivo à prosperidade. Conforme dito no segundo capítulo, a tradição milenar confucionista preza pela honra entre as famílias e o respeito aos mais velhos; os princípios cristãos, por sua vez, valorizam a integridade e honestidade entre as pessoas. Amálgama dos “valores coletivamente orientados dos asiáticos” com os “pragmáticos valores orientados a objetivos econômicos do ocidente” (MASIERO, 2000, p. 4), a cultura sul-coreana apresenta os dois traços culturais favoráveis ao desenvolvimento apontados por Lustosa (2010): confiança e respeito.

Para concluir, foi observado também que, junto com a modernização e a democratização, vieram a enraizar-se os direitos de propriedade, a imparcialidade da lei e a valorização do empreendedorismo – valores cujo papel tanto é enfatizado por Acemoglu e Robinson (2012) para assegurar livre o caminho às instituições inclusivas e ao desenvolvimento. Os autores comparam as instituições sul-coreanas com as estadunidenses, que “encorajam a participação da grande massa do povo nas atividades econômicas que tiverem o melhor aproveitamento de seus talentos e habilidades e que permitem que os indivíduos façam suas próprias escolhas” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 51)⁷² – por exemplo, escolher a carreira.

⁷² “encourage participation by the great mass of people in economic activities that make best use of their talents and skills and that enable individuals to make the choices they wish”;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento é almejado e estudado, tanto em termos de seu significado, quanto em seu funcionamento e como pode ser alcançado. A configuração do sistema internacional, entre países ricos e pobres, desenvolvidos e em desenvolvimento, pouco mudou desde os ganhos da Revolução Industrial, nos séculos XVII, XVIII e XIX. A Coreia do Sul é exceção dessa regra.

O primeiro capítulo descreveu a base teórica deste trabalho para analisar o *desenvolvimento*. Segundo Amartya Kumar Sen (1999), não se pode pensar em desenvolvimento de fato desconsiderando as liberdades básicas de acesso a saúde, educação e renda, por exemplo, que permitem a expansão das capacitações humanas (não apenas sobreviver, mas também escolher como viver). Ainda, autores como Thorstein Veblen, Douglass North, Daron Acemoglu e James Robinson (2012) trazem uma perspectiva institucionalista de desenvolvimento, em que este depende da natureza das instituições (se extrativas ou inclusivas) que compõem e ordenam a sociedade – são as leis e o regulamento, a cultura, os costumes, o contexto histórico, e assim por diante.

No institucionalismo, a trajetória histórica pode determinar um “*path dependence*”, isto é, que as instituições tendem a evoluir como vem evoluindo ao longo da história. O segundo capítulo relata experiências da história da Coreia do Sul, antes da Guerra Fria, ainda unida com a parte norte da península. Destacam-se a tradição confucionista, o colonialismo japonês e a influência norte-americana após a divisão da península no paralelo 38, criando Coreia do Norte e Coreia do Sul.

O terceiro e último capítulo trouxe dados que indicam e sugerem o desenvolvimento alcançado durante o período de 1960 a 1996, bem como emprega os termos do referencial teórico na análise da experiência sul-coreana. Observou-se a transformação institucional pela qual passou a Coreia do Sul, que depois de muito tempo sob instituições extrativas, buscou crescimento econômico, bem-estar social, liberdade e democracia, em direção a instituições cada vez mais inclusivas, portanto, desenvolvimento.

O caminho experimentado pela Coreia do Sul, evidentemente, não pode ser replicado integralmente por qualquer outro país. No entanto, elementos do comportamento dos sul-coreanos, bem como políticas de investimento em indústria e educação podem ser levados em consideração ao pensar no caso de outros países em desenvolvimento, como o Brasil. A

recomendação deixada para uma futura pesquisa é aprofundar a análise das políticas da Coreia do Sul sob a perspectiva institucionalista e a partir da abordagem do desenvolvimento como liberdade e, posteriormente, investigar se há lições para o caso brasileiro.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D. *Curriculum Vitae*. Disponível em:

<<https://economics.mit.edu/faculty/acemoglu/cv>>. Acesso em 12 mai 2018.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *Why Nations Fail: the origins of power, prosperity and poverty*. Grown Publishers: New York, 2012.

ADELMAN, I. Social development in Korea, 1953-1993. In: CHA, D.; KIM, K.; PERKINS, D. (org.) *The Korean Economy 1945-1995*, pp. 509-540. Korea Development Institute: Seoul, 1997. Disponível em:

<https://www.kdi.re.kr/kdi_eng/publication/publication_view.jsp?pub_no=2824>. Acesso em 17 jun 2018.

BOLT, J.; J. L. van Zenden. *The First Update of the Maddison Project; Re-Estimating Growth Before 1820. Maddison Project Working Paper 4*. 2013. In: SACHS, Jeffrey. *Economic Development is New. The Age of Sustainable Development*. Curso online, Disponível em: <<https://www.coursera.org/learn/sustainable-development/home/welcome>>. Acesso em 4 abr 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Crescimento e Desenvolvimento Econômico*. Escola de Economia em São Paulo. FGV: São Paulo, 2008. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em: 26 mar 2018.

CASTRO, Cláudio de M. Por que não fazemos como a Coreia? *Página Aberta*, vol. 22, nº 84, p. 829-852. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n84/a11v22n84.pdf>>. Acesso em 23 fev 2018.

CAVALIERI, M. A. R. O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. *Economia e Sociedade*, v. 22, n. 1, p. 43-76.

Campinas, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n1/02.pdf>>. Acesso em 11 mai 2018.

CHEON. *Skills development strategies and the high road to development in the Republic of Korea*. In: *Transforming Economies*. ILO, UNCTAD. 2014. Disponível em:

<http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_242878.pdf>. Acesso em 22 nov 2017.

COASE, R. H. *The Nature of the Firm*. 1937. Disponível em:

<<http://www3.nccu.edu.tw/~jsfeng/CPEC11.pdf>>. Acesso em 12 mai 2018.

DONNELLY, J. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. *In*: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES, S. P. (org.). Direitos Humanos no séc. XXI. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. FUNAG, 1998. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/253-Direitos_Humanos_no_Seculo_XXI_-_Parte_I.pdf#page=155>. Acesso em 21 abr 2018.

EVERDING, G. *Obituary: Douglass C. North, Nobel Prize-winning economist, 95. The Source. Washington University in St. Louis*, 2015. Disponível em: <<https://source.wustl.edu/2015/11/obituary-douglass-c-north-nobel-prizewinning-economist-95/>>. Acesso em 12 mai 2018.

FRANCO, H. J. A Idade Média, nascimento do ocidente. 2ª edição, rev. e ampl. Brasiliense: São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/veralima/historia_arte/Hilario-Franco-Jr-A-Idade-Media-PDF.pdf>. Acesso em 4 abr 2018.

FURTADO, C. O Subdesenvolvimento Revisitado. Economia e Sociedade. Unicamp: Campinas, 1992. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643307>>. Acesso em 10 mai 2018.

GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. Revista de Economia Política, vol. 23, no 2. 2003. Disponível em: <http://www.rep.org.br/search.asp?txt_busca=Douglass+north>. Acesso em 21 abr 2018.

GUIMARÃES, A. Q. Estado e economia na Coreia do sul – do estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. Revista de Economia Política, vol. 30, no 1. Periódico online, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000100003>. Acesso em 8 jun 2018.

HOBBSAWM, E. *The Age of Revolution: 1789-1848. Vintage Books: New York, 1996. Original printed in Weidenfeld & Nicolson: London, 1962.* Disponível em: <<https://libcom.org/files/Eric%20Hobsbawm%20-%20Age%20of%20Revolution%201789%20-1848.pdf>>. Acesso em 29 abr 2018.

KIM, Djun Kil. *The History of Korea. Westport: Greenwood Press, 2005.* Disponível em: <https://www.researchgate.net/...Korea/.../KOREA+The_History_of_Korea.pdf>. Acesso em 23 fev 2018.

KILKSBERG, B. *Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. REVISTA DE LA*

CEPAL, nº 69. CEPAL, 1999. Disponível em:

<<https://campusvirtual.univalle.edu.co/moodle/mod/resource/view.php?id=317222&lang=de>>
. Acesso em 04 maio 2018.

KIM, K. S.; KIM, J. K. *Korean Economic Development: An Overview*. In: CHA, D.; KIM, K.; PERKINS, D. (org.) *The Korean Economy 1945-1995*, p. 3-56. Korea Development Institute: Seoul, 1997. Disponível em:

<https://www.kdi.re.kr/kdi_eng/publication/publication_view.jsp?pub_no=2824>. Acesso em 17 jun 2018.

KOMATSU, M. "The Old People and the New Government". Transactions of the Korea Branch of the Royal Asiatic Society, vol. 6, no 1, p. 3-4, 7-8, 8-9. 1912. Disponível em:
<<http://www.raskb.com/content/full-texts-volume>>. Acesso em 25 mai 2018.

KWON, H.; YI, I. *Economic Development and Poverty Reduction in Korea: Governing Multifunctional Institutions. The Future of Social Citizenship: Politics, Citizenship and Outcome*. Institute for Future Studies and Swedish Institute for Social Research. Stockholm University: Stockholm, 2008. Disponível em:

<<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.538.2283&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em 9 jun 2018.

LEE, C. H. *The Political Economy of Institutional Reform in Korea*. *The Journal of the Asia Pacific Economy*. Vol. 10, nº 3, 257-277. University of Hawaii at Manoa: Manoa, 2005. Disponível em

<[http://www2.hawaii.edu/~lchung/Political%20Economy%20of%20Institutional%20Reforms%20in%20Korea\[JAPE\].pdf](http://www2.hawaii.edu/~lchung/Political%20Economy%20of%20Institutional%20Reforms%20in%20Korea[JAPE].pdf)>. Acesso em 17 jun 2018.

LEVI, M.; WEINGAST, B. *Douglass North was a visionary*. *The Washington Post*. 2015.

Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2015/12/09/douglass-north-was-a-visionary/?noredirect=on&utm_term=.57990d12a558>. Acesso em 12 mai 2018.

LINS, L. C. O.; MARIN, S. R. Atualidade do pensamento de Celso Furtado na avaliação do desenvolvimento social da América Latina. Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Nações Unidas, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36657/S2014183_pt.pdf;jsessionid=CF07F636AB9BD6710A1DA343F9BFB542?sequence=1>. Acesso em 10 mai 2018.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. *Revista de Economia Política*, v. 33, nº 4, pp. 619-637, 2013.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572013000400004>. Acesso em 27 abr 2018.

LUSTOSA, F. Instituições, cultura e desenvolvimento sustentável na bacia cultural do Araripe. CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, no 1, p. 146-165. FGV: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.ebape.fgv.br/cadernosebape>. Acesso em 04 mai 2018.

MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. Economia e Sociedade, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84. Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a03v17n1.pdf>>. Acesso em 18 abr 2018.

MENDES, L. LIBERDADE E BENS PRIMÁRIOS: UMA INVESTIGAÇÃO DA TEORIA DE JOHN RAWLS A PARTIR DO LIBERALISMO CLÁSSICO. UFSM: Santa Maria, 2009. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ppgf/wp-content/uploads/2011/10/Dissertação-Lucas-Mendes.pdf>>. Acesso em 20 jun 2018.

NAKANO, Daniela Fachiano; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. Aspectos Históricos dos Povos que Habitavam a América Pré-Colombiana e a Evolução de seus Direitos. Encontro de Iniciação Científica – ETIC 2017. Prudente Centro Universitário: Toledo, 2017. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/6151/5853>>. Acesso em 2 abr 2018.

NORTH, D. C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press: Cambridge, 1990.

PEIXINHO, M. M.; FERRARO, S. A. DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO DIREITO FUNDAMENTAL. Publica Direito, s/a. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/manoel_messias_peixinho.pdf>. Acesso em: 26 jun 2017.

PILLAY, Pundi. *South Korea*. In: *Linking higher education and economic development: implications for Africa from three successful systems*, p. 71-96. Wynberg: Cape Town, 2010. Disponível em: <<https://www.chet.org.za/download/file/fid/75>>. Acesso em 11 jun 2018.

PNUD Brasil. O que é IDH? Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em 31 mar 2018.

RIBEIRO, C. P. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO SEGUNDO CELSO FURTADO: INFLUÊNCIA NO DEBATE SOBRE A QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA. UFSC: Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292769>>. Acesso em 29 jun 2017.

ROBINSON, J. A. *Curriculum Vitae*. Disponível em: <https://scholar.harvard.edu/files/jrobinson/files/cvnew_0.pdf>. Acesso em 12 mai 2018.

ROMEIRO, A. R. História do crescimento econômico: As origens político/culturais da Revolução Industrial. Texto para Discussão, n. 312. Instituto de Economia. Unicamp: Campinas, 2017. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em 17 abr 2018.

SACHS, Jeffrey. *Economic Development is New. The Age of Sustainable Development*. Curso online. Disponível em: <<https://www.coursera.org/learn/sustainable-development/home/welcome>>. Acesso em 4 abr 2018.

SANTOS, Julio Cesar S. Os Chineses a Procura do Exterior na Idade Média. Publicado no blog ProfiGestão, 2016. Disponível em: <<https://profigestaoblog.wordpress.com/2016/11/21/os-chineses-a-procura-do-exterior-na-idade-media/>>. Acesso em 2 abr 2018.

SAVADA, A. M.; SHAW, W. South Korea: A Country Study. GPO for the Library of Congress. Washington, 1990. Disponível em: <<http://countrystudies.us/south-korea/>>. Acesso em: 24 fev 2018.

SEN, Amartya. *Development as Freedom*. Oxford University Press: Oxford, 1999. Disponível em: <<http://www.c3l.uni-oldenburg.de/cde/OMDE625/Sen/Sen-intro.pdf>>. Acesso em: 26 jun 2017.

_____, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**. São Paulo, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 jun 2017.

SILVA, V. L. Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. *Política e Sociedade*, vol. 9, no 17, p. 289-323. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/15681/14208>>. Acesso em 11 mai 2018.

SOBRINHO, L. C. S. L.; GUERRA, G. R. DIREITO INTERNACIONAL AO DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS EM TORNO DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA. *Publica Direito*. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=3968871ce7673ed3>>. Acesso em: 26 jun 2017.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Universidades Medievais". *Brasil Escola*. Disponível em

<<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/universidades-medievais.htm>>. Acesso em 2 de abr 2018.

TABELLINI, G. *Culture and Institutions: Economic Development in the Regions of Europe*. Journal of the European Economic Association, vol. 8, nº 4, p. 677–716. European Economic Association, 2010. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/d2e4/bc7f0a77f4fa0b4ebd2789eb9ee95774f205.pdf>>. Acesso em 17 mar 2018.

The Solow Growth Model. UNC: Chapel Hill, s/a. Disponível em: <<https://www.unc.edu/~jbhill/Solow-Growth-Model.pdf>>. Acesso em 17 abr 2018.

THOMAS, V.; WANG, Y.; FAN, X. *Measuring Education Inequality: Gini Coefficients of Education*. World Bank Group, 2000. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/361761468761690314/140540323_20041118130703/additional/multi-page.pdf>. Acesso em 10 jun 2018.

UFSCar. Antiquidade na América: Povos Pré-Colombianos. Disponível em: <http://www.ufscar.br/cursinhoufscar/civili_precolombiana.htm>. Acesso em 2 abr 2018.

UN.ORG. *Land*. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/publications/trends2008/land.pdf>>. Acesso em 10 jun 2018.

United Nations Development Programme. Human Development Report 1990. Oxford: New York, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em 20 jun 2018.

United Nations Population Division. *World Population Prospects: 2017 Revision*. 2017. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?end=1996&locations=KR&start=1960>>. Acesso em 18 jun 2018.

World Bank. *World Development Report 1996: From Plan to Market*. Oxford University Press, 1996. Disponível em <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5979>>. Acesso em 18 jun 2018.

APÊNDICE

“We hereby declare Korea as an independent state and its people as free. This we declare to all the nations of the world in order to make clear the Tightness of human equality. This we declare to our descendants that they may cherish their intrinsic right to national self-respect. Whereas we declare this with the precedence of a five-thousand-year history, whereas we proclaim this with the allegiance of twenty million people, whereas we affirm this for the everlasting freedom of the nation, whereas we submit this in accordance with the atmosphere of global reform through the manifestation of the human conscience, it is thus the solemn order of heaven, the tide of our age, and a just act of mankind's right to coexist. Nothing in this world dares to obstruct it!

As a victim of outmoded policies of aggression and force, we have now suffered for a decade under the foreign shackle for the first time in the thousands of years of our history. How deprived are we of our right to live, how our spiritual growth has been hindered, how injured is our national glory, how oft we have lost our opportunity to make our own creative contributions to the stream of world civilization!

Alas! If we are to wash off yesterday's rancor, if we are to shed today's agony, if we are to abolish tomorrow's menace, if we are to eagerly broaden our shrunken national conscience and state pride, if we are to achieve natural development of individual character, if we are to keep our poor children from inheriting anguish and shame, if we are to bestow everlasting blessings on our descendants — then our first duty is to secure the independence of our nation. If each and every twenty millions of our people plant a dagger in their hearts, and if we are supported by our shared humanity and our conscience, as a just army and with the humanitarian weapons of today, can we not press forward and succeed? If we regroup and nurture our strength, can we not accomplish our will?

Though it has frequently violated its promises since the 1876 treaty, we do not condemn Japan's untrustworthiness. Though scholars in their classrooms and politicians at their podiums claim our history began as a foreign colony and treat our civilization as primitive, and though they merely seek a conqueror's gratification and ignore our national psyche and social essence, we do not blame Japan's injustice. We are pressed to reprimand ourselves, and have no time for the reproaching of others. We are pressed to prepare today, and have no time for

the chastisement of yesterday. Our duty now is to our construction and not the destruction of others. It is to explore our new destiny according to the solemn dictates of our conscience and not to squabble with others for old animosities and momentary grudges. It is to restore natural, rational veracity by improving and correcting the unnatural, irrational fallacy of the Japanese politicians who are bound by outdated thought and power. The annexation made without national consensus has naturally resulted in intimidation used as a temporary solution, inequality caused by discrimination, and statistics for show. Behold the result of the deepening gully of rancor that will never make peace between two peoples whose interests conflict. To boldly right old wrongs and open a new phase of friendship based on true and mutual understanding is undoubtedly the best way for the both of us to avoid grief and invite blessings. To forcefully bind twenty million bitter people will not secure permanent peace. Moreover, it will make four hundred million Chinese fear and distrust Japan and clearly result in the collapse of all East Asian countries. Today, Korean independence will permit Koreans to enjoy proper lives, will permit the Japanese to concentrate on their responsibility as supporters of East Asia and to free themselves from their mistaken path, and will permit the Chinese to escape from their waking nightmares of anguish and horror. Korean independence will be an indispensable step toward the stability of East Asia as well as be a part of world peace and human happiness. It is not merely a question of national animosity.

Ah, a new world is developing before us! The age of might has passed away, and the age of morality has come. The spirit of humanity nurtured throughout the past centuries now begins to shed the light of a new civilization on the history of mankind. A new spring has come, hastening the rebirth of every living thing. While we held our breath in the ice and snow, our pulse now stirs in the warm breeze and sunshine. The fortune of heaven and earth has returned to us and we ride the changing tide of the world. We neither hesitate nor flinch. By protecting our individual right to freedom our joy shall be full. By manifesting our creativity, our national essence shall be secured in the warmth of spring.

We hereby rise up! Conscience is with us, truth is our companion. Man and woman, old and young, by rising from decay, shall inherit a joyful resurrection with all of creation. The spirits of our ancestors throughout the centuries protect us and the tide of the world sustains us. To begin is to succeed. We only need to march in the light!" (KIM, 2005, p. 128-130).